

DESCENDÊNCIAS

M A G A Z I N E





Obras de Capa Ismaël Sequeira

CAMÕES - CENTRO CULTURAL PORTUGUÊS
DE SÃO TOMÉ E PRÍNCIPE



PROJETO EXPOSITIVO
OBRAS DE CAPAS

p/ 06 e 07.

Um novo ano, a mesma determinação
Evento Novo. Vida Nova

p/ 12.

Grande Entrevista
Ministro da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior, Manuel Heitor

p/ 28.

Conselho das Comunidades Portuguesas
A nova velha eleição nas comunidades

N E S T A E D I Ç Ã O

p/ 34.

Artes e Artistas Lusos. Isabel Mateus
Por Terry Costa

p/ 40.

Literatura. Florbela Espanca - Parte I
Por Áurea Pinto Sá, Biblioteca Florbela Espanca.

p/ 44.

Ambiente. O lítio, esse grande Cavalo de Tróia.
Por Vítor Afonso.

Obra de capa

Título: Panorâmico

Dimensões: 49 x 33

Técnica: Mista sobre drop paper

Descrição da obra:

Um sítio que evoca certamente algo aos Lisboaetas. Um lugar fora do tempo. Um espaço que nos oferece um olhar para o infinito. Meditativo e intemporal, ele é terreno de jogo e terreno de batalha.

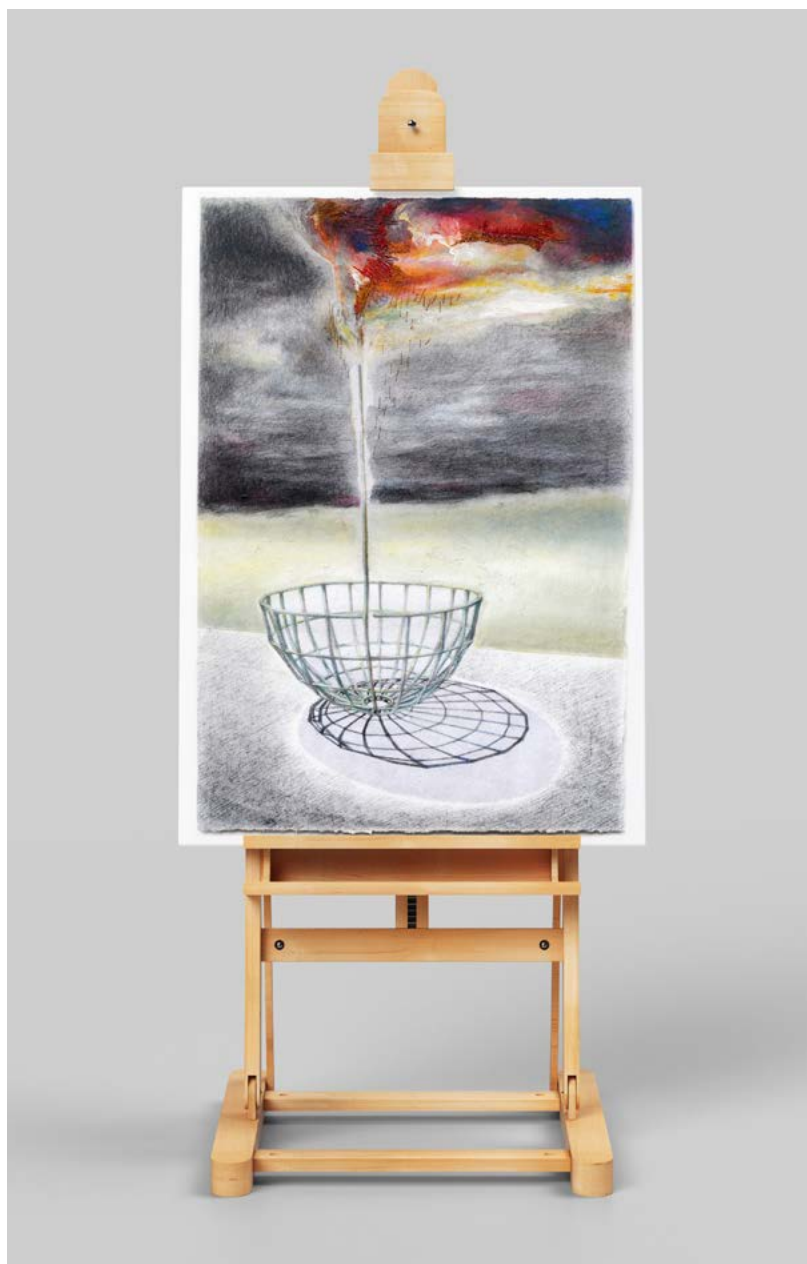
Uma estrutura, um elemento arquitetónico capta a minha atenção. Objeto grotesco, pois arrancado à sua função. Caído do céu como um óvni fracassado em território desconhecido. Desenraizado, como eu própria sou. Território, palavra polissémica e quão perigosa... atualmente. É este aspeto da paisagem que me interessa explorar. Encenar espaços melancólicos para questionar a dualidade entre presença e ausência, entre ruptura e pertença.

A obra "Panorâmico" integra-se na temática que intitulo "Geografias". Mais do que paisagens, estas obras evocam geografias da alma, do afeto e do sensível.

E a imagem recria o passado...

Sónia Aniceto

obrasdecapa@obrasdecapa.pt



F T

Diretora Fátima Magalhães | **Diretora Adjunta** Gilda Pereira | **Editores** António Manuel Monteiro, Cristina Passas, Diana Correia, Fátima Pinheiro, Flávio Alves Martins, João Costa, Gilda Pereira, Hugo Gonçalves Silva, José Governo, Mafalda Lourenço, Marco Neves, Maria do Carmo Mendes, Marta Costa, Melissa da Silva, Paula Cristina Veiga, Philippe Fernandes, Rogério M. Fernandes Ferreira, Sílvia Faria de Bastos, Tiago Robalo, Vítor Afonso | **Revisão** JG Consulting | **Design Gráfico** Amostra de Letras | **Estatuto editorial** <https://descendencias.pt/estatuto-editorial/> | **Editor e Proprietário** Amostra de Letras Lda, NIF 515975591 | **Administração** Fátima Magalhães - 100% capital | **Periodicidade** Mensal | **Contactos** E: info@descendencias.pt W: <https://descendencias.pt> T: 309 921 350 | **Publicidade** E : publicidade@descendencias.pt | **Anúncios** A Amostra de Letras Lda, não é responsável pelo conteúdo dos anúncios

nem pela exatidão das características e propriedades dos produtos e/ ou bens anunciados. A respetiva veracidade e conformidade com a realidade são da integral e exclusiva responsabilidade dos anunciantes e agências ou empresas publicitárias | **Direitos** Em virtude do disposto no artigo 68º nº2, i) e j), artigo 75º nº2, m) do Código do Direito de Autor e dos Direitos Conexos artigos 10º e 10º Bis da Conv. de Berna, são expressamente proibidas a reprodução, a distribuição, a comunicação pública ou colocação à disposição, da totalidade ou parte dos conteúdos desta publicação, com fins comerciais diretos ou indiretos, em qualquer suporte e por qualquer meio técnico, sem a autorização da Amostra de Letras Lda | **Sede Editor/Redação** Rua dos Almocreves, 44 4455-029 Lavra - Matosinhos | **Registo ERC** 127522 | **Edição** 13, janeiro 2022 - GRATUITA.

Editorial

Caros Leitores

Agradecemos a todos os colaboradores da DESCENDÊNCIAS, aos entrevistados e a toda a equipa interna, por este ano que passou, certos que estarão em 2022 ao nosso lado. Aos nossos leitores e sobretudo, àqueles que nos deixaram mensagens de incentivo e aos outros que através da partilha de artigos levaram mais longe este projeto, o nosso muito obrigado.

Parabéns à AILD – Associação Internacional dos Lusodescendentes, que já apresentou um ambicioso Plano de Atividades para este novo ano, que esperamos possa vir a ser apoiado pelas entidades competentes, para que esta possa continuar a desenvolver o seu papel junto das Comunidades. Uma palavra de agradecimento ao Camões I.P., que permitiu a concretização da itinerância da exposição “Obras de Capa”, estando neste momento a decorrer no Centro Cultural Português de São Tomé e Príncipe uma das exposições. Foram já agendados para este ano, outros países, como por exemplo, França, Angola, Alemanha, Bélgica, Espanha, Brasil, entre outros. Em 2022 esperamos rodar as exposições por esse mundo fora, dando desta forma a conhecer os artistas plásticos e o seu trabalho, que é afinal a missão deste projeto expositivo.

E o 2021 passou a voar, literalmente. Pelo menos para toda a equipa da DESCENDÊNCIAS; até nos custa a acreditar que já publicamos 12 revistas.

Passou tudo num instante! O que só vem atestar, que o prazer com que fazemos este trabalho é muito grande, e o carinho que temos pelos nossos leitores também. Procuramos em cada edição fazer melhor, porque todos os meses os nossos números cresciam, quer nas visitas ao nosso site quer nas redes sociais, tendo chegado neste final do ano aos 40.000 leitores mensais, o que nos deixa por um lado muito orgulhosos mas por outro com a responsabilidade acrescida de fazer mais e melhor.

Este ano temos duas novas rubricas: “Os Media de língua portuguesa pelo mundo” e “Pela lente de”. A primeira vai-nos trazer os órgãos de comunicação de língua portuguesa espalhados por esse mundo fora, jornais, rádios, revistas, que tanto ajudam as comunidades locais, divulgando eventos culturais, notícias, informações úteis, e servindo muitas vezes de voz em defesa dos seus direitos. Iniciamos a rubrica com o LusoJornal, o jornal mais lido pelos Portugueses de França.

A segunda é um novo espaço de divulgação de fotografia. Seja profissional ou amador, todos se podem inscrever para divulgar os seus trabalhos de natureza criativa, documental, ou simplesmente representativa. Inscreva-se em:

<https://descendencias.pt/espaco-fotografia/>
Votos de um bom ano e continue a acompanhar-nos, nós agradecemos.



Gilda Pereira
Diretora Adjunta

| A I L D

Um novo ano, a mesma determinação

Dezembro, é sem dúvida muito especial por diversas ordens de razão, sendo a quadra natalícia a que mais se destaca neste mês, desejando que tenham tido umas Boas Festas de Natal, convívio familiar, paz e amor, apesar da pandemia que ainda continua a criar algumas limitações. Mas o final do ano é também momento de reflexão, celebração, balanços, novos projetos e desafios para podermos recomeçar num Novo Ano.

A AILD também esteve em reflexão, do que fizemos, o que aprendemos, o que correu bem, o que correu menos bem, e naturalmente, projetar novos desafios, ações, atividades e novos propósitos para este novo ano que inicia.

Foi sem dúvida um ano muito enriquecedor, com muitas ações, muitas realizações, muitos contactos, onde estivemos à prova perante tantos desafios, mas que conseguimos superar, e orgulhosamente alcançamos várias metas e objectivos.

E deste balanço há 3 aspectos essenciais que importa

sublinhar: agradecimento; dimensão e delegações.

1. Um agradecimento, naturalmente a todos os nossos colaboradores/órgãos sociais/parceiros, que de forma voluntária e voluntariosa, tornaram possível tudo que realizamos ao longo do ano de 2021;

2. O ano de 2021 destacou-se pela nova dimensão que a AILD criou, com a entrada de novas pessoas, novos colaboradores, que têm dado imenso de si em prol dos vários projetos desenvolvidos, indo de encontro aquilo que sempre afirmamos e que está explícito nos nossos estatutos, sermos uma associação plural, sempre aberta a novas pessoas, novos projetos e novas ideias, em prol das causas colectivas;

3. Foi o ano em que demos ao projecto do arranque da criação das delegações da AILD, cuja primeira delegação criada foi a de França. Estas delegações têm o objetivo de a partir da AILD mãe, sediada em Lisboa, podermos constituir outras estruturas, com órgãos próprios e alguma autono-

mia, por forma a podermos de uma forma efectiva nos expandirmos ao mundo e estarmos mais próximos das comunidades portuguesas e lusodescendentes, e assim, criarmos uma verdadeira rede das nossas comunidades e podermos, naturalmente, ser mais úteis, mais próximos e mais presentes.

O ano de 2022 que agora inicia é o arranque de novos projetos, ideias e desafios, por forma a podermos continuar a crescer na dimensão, na qualidade, e sobretudo, na justificação da nossa existência, enquanto associação das comunidades portuguesas, para as comunidades portuguesas e lusodescendentes, pois, temos a partir de hoje 365 novas oportunidades.

Aproveitar ainda para desejar a todos um Bom Ano e que ele seja sinónimo de sucessos, paz, amor e muitas realizações, e colocar-nos à disposição para aquilo que precisarem e possamos ser úteis, em nome de Portugal e das Comunidades Portuguesas espalhadas pelo mundo.

No passado dia 11 de dezembro participei na 13ª Gala anual da Câmara de Comércio e Indústria Franco-Portuguesa (CCIFP), em Tomar, a convite de um prestigiado lusodescendente, o advogado Pierre Emmanuel de Oliveira, que mantém uma participação cívica muito ativa, e que entre outras atividades, acumula também, o cargo de Presidente delegado da Delegação Nova Aquitaine. A CCIFP está, inclusive, a fazer um esforço notável

na abertura de novas delegações e a promover a união das Câmaras de Comércio Portuguesas dos vários países.

Desconhecia que a fadista, Ana Moura, que abriu a noite com um concerto magnífico e que brevemente lançará um novo disco, era lusodescendente.

Gostaria de salientar a coragem do Presidente da CCIFP, Carlos Vinhas Pereira, que manteve a rea-

| A I L D

Evento Novo Vida Nova

lização da gala, e que foi sem dúvida um sucesso, apesar do encontro, Programa Nacional de Apoio ao Investimento da Diáspora (PNAID), ter sido adiado. Aconselho a todos, que sempre que possível, marquem presença neste tipo de eventos.

Durante a gala tive a oportunidade de ver e rever velhos conhecidos, e de travar conhecimento com empresários portugueses que desenvolvem a sua atividade em França, com muito mérito, e que

partilharam as dificuldades por que tem passado durante este período de efeito COVID. No entanto, fiquei sobretudo impressionado com a resiliência das suas equipas.

A AILD vai continuar o seu esforço na criação de delegações por todo o mundo, para ser mais um elo de ligação entre as várias Comunidade Portuguesas, Câmaras de Comércio e empresários portugueses espalhados por esse mundo fora.



Philippe Fernandes
Presidente da AILD

A I L D

Diogo Costa

Idade: 23

País de nascimento:

Reino Unido

País/Cidade onde

reside: Londres

Origens lusófonas:

Mangualde, Portugal



Engenheiro de Software com licenciatura em Ciência da Computação, Ex-Presidente da Câmara da Juventude de Lambeth em Londres, candidato municipal em Londres e líder do PS no Reino Unido.



O que faz profissionalmente?

Trabalho como Engenheiro de Software na capital financeira de Londres. Quando era criança sempre me interessei por computadores e aos 13 anos aprendi a programar e agora faço-o profissionalmente desde 2018, quando tinha 19 anos.

Quando é que os seus pais emigraram e porque decidiram não regressar?

Os meus pais vieram para o Reino Unido em 1996 em busca de emprego, com a minha irmã de um ano de idade. Eu nasci apenas dois anos mais tarde. Os meus pais estavam sempre a falar em regressar, mas como eu e a minha irmã crescemos, os meus pais já sabiam que não ficaríamos felizes por deixar a nossa casa, o Reino Unido.

Pensa um dia regressar ao seu país de origem?

Não, quando vou visitar Portugal em férias ou por razões políticas começo a sentir saudades da minha casa, o Reino Unido. Por esta razão, penso que nunca mais voltarei a Portugal. No entanto, a minha ligação e a minha identidade a Portugal continuarão sempre.

O que mais gosta em Portugal?

A minha coisa favorita em Portugal terá de ser, naturalmente, a comida. Qualquer que seja o café ou restaurante a que eu for, não só será relativamente barato como tem boa comida.



O que menos gosta?

A natureza burocrática do país, como migrante quando regresso a Portugal há sempre algo de burocrático que preciso de resolver, não só para mim, mas também para a minha família.

Porque se tornou associado da AILD?

O meu amigo Guilherme Rosa informou-me desta associação, e depois de ter feito alguma pesquisa fiquei muito intrigado. Uma associação dedicada não só à promoção da língua e cultura portuguesa, mas também de todos os países lusófonos. E o nome da associação, a palavra lusodescendentes, está profundamente ligado a mim - uma palavra com a qual me identifico.

Considera importante a nova rede internacional que a AILD está a criar?

Penso que é ótimo ter uma organização que queira ligar lusófonos de todo o mundo. Trabalhar em conjunto de todo o

mundo para um objetivo comum. E é importante que aqueles das Comunidades (como eu) se sintam incluídos, esta rede faz isto.

Inevitável no momento que estamos a atravessar perguntar-lhe como está a “sobreviver” a esta pandemia? Que impacto está a ter na sua vida?

Bem, penso que está a ter um peso na saúde mental de muitos jovens como eu. Passei 2020 a trabalhar a partir de casa, muitas vezes trabalhando em silêncio sem mais ninguém por perto para falar como num escritório. Muitos encontros sociais foram cancelados e nenhuma visitas com amigos ao pub local, que é um passatempo britânico tradicional. E infelizmente esta pandemia ainda não acabou.

Uma mensagem para as comunidades lusófonas.

A minha mensagem é a seguinte, independentemente das nossas diferenças, estaremos sempre unidos. Nestes tempos incertos, precisamos mais do que nunca de nos apoiar uns aos outros, porque isso é o que significa ser uma comunidade.

BOAS FESTAS PARA TODOS
OS NOSSOS CLIENTES



Q U I N T A D A R I B E I R I N H A . P T



GRANDE ENTREVISTA

MINISTRO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E ENSINO SUPERIOR

MANUEL HEITOR

Manuel Heitor nasceu em Lisboa, em 1958.

É doutorado pelo Imperial College de Londres, na área de Engenharia Mecânica, tendo feito um pós-doutoramento na Universidade da Califórnia em San Diego, em 1986. Prosseguiu posteriormente uma carreira académica no Instituto Superior Técnico em Lisboa, onde começou por desenvolver a sua atividade de investigação na área de Mecânica de Fluídos e Combustão Experimental. Atualmente é Professor Catedrático no Instituto Superior Técnico (IST), Lisboa, onde dirige o “Centro de Estudos em Inovação, Tecnologia e Políticas de Desenvolvimento, IN+” e coordena os programas de doutoramento do IST em “Engenharia e Políticas Públicas” e em “Engenharia de Conceção e Sistemas Avançados de Manufatura”. Para além disso, é desde 2015 Ministro da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior em Portugal e foi nesse âmbito que estivemos à conversa com ele para mais uma edição da Descendências Magazine.



A pandemia fez aumentar o risco de abandono escolar em Portugal. No entanto, como nota positiva, destaca-se o aumento de candidatos ao Ensino Superior em 2020 - foram 62 675, mais 11 mil do que em 2019. Este crescimento leva a crer que a pandemia não terá inibido as pretensões de prosseguimento de estudos dos alunos que concluíram o Secundário no primeiro ano da pandemia?

Pela primeira vez, devemos-nos orgulhar enquanto sociedade, que face a uma crise, primeiro pandémica e depois socioeconómica, tivemos um aumento, por dois anos consecutivos, do número de estudantes. Naturalmente, existem várias razões para este acontecimento, mas a questão crítica é manter esta posição. Certamente, a pandemia mostrou às pessoas que a ciência cria saúde, que ciência cria empregos e que vale a pena investir nela. Mas mais do





que isso, no caso português, esta tendência é também resultado de um esforço feito nos últimos anos de estimular um Ensino Superior de proximidade. Este crescimento não aconteceu por acaso, nem só devido à pandemia. O que se fez nos últimos anos foi sobretudo valorizar socialmente o Ensino Politécnico, através de formações curtas (cursos tecnológicos). Se em 2015 estes cursos tecnológicos eram oferecidos em menos de 40 localidades, hoje são oferecidos em cerca de 140 localidades, ou seja, um terço dos municípios portugueses têm hoje Ensino Superior. Atualmente, entram nestes cursos cerca de 10 mil novos estudantes todos os anos. Acredito que a pandemia despertou nas pessoas a necessidade de estudar e, ao mesmo tempo, o processo de transição digital e ecológica que vivemos mostrou que as sociedades, das quais evoluímos, são economias do conhecimento. Por outro lado, alargando, intensificando e diversificando o Ensino Superior conseguimos atrair mais pessoas e chegar onde estão. Acredito, sem dúvida, que esta diversificação do Ensino Superior foi, absolutamente, crítica nos últimos anos para conseguirmos alargar o número de estudante no Ensino Superior em Portugal.

Estudos revelam que o abandono escolar no Ensino Superior é mais elevado entre os alunos mais desfavorecidos. Os estudos alertam ainda para o facto de as famílias portuguesas fazerem um esforço financeiro acima da média europeia. O problema poderia ser minimizado com a atribuição de mais bolsas de estudo?

Não necessariamente, mas obviamente também é importante continuarmos o reforço da Ação Social Escolar. Hoje, já temos cerca de 90 mil bolseiros em Portugal, dentro de um universo de 400 mil estu-

dantes, mas devemos continuar este trabalho. Há estudos que comprovam que há uma relação direta entre o sucesso escolar e as condições socioeconómicas, sempre foi assim no Ensino Básico, no Ensino Secundário e também no Ensino Superior. Por isso é que temos de ter cada vez mais pessoas com Ensino Superior e, cada vez mais, pessoas com bons empregos. Sabemos que em Portugal o nível salarial das pessoas com formação superior é bastante superior ao nível salarial das pessoas que não têm formação superior. Por outro lado, aquele que tem hoje o Ensino Superior, por norma, tem um salário que vai aumentando ao longo da vida, ao contrário do que não tem, cujo salário, por norma, se mantém constante ao longo de toda a vida profissional. Estes dois factos mostram-nos que para aumentar a riqueza da população é necessário estudar mais.

No ano passado, o Ministério da Ciência Tecnologia e Ensino Superior subiu o valor da bolsa mínima (ficou em 871 euros), alargou o universo de bolseiros e reforçou o complemento de alojamento para quem estava a estudar fora da sua residência. Será necessário fazer ainda mais?

Em 2015, aumentou-se o apoio em dois aspetos. Em 2015, tinham direito a bolsa jovens que tivessem um rendimento familiar per capita de cerca de 7.700€ por ano. Hoje é 9.000€, ou seja, alargamos o âmbito de atribuição de bolsas. Para além disso, aumentamos também o valor da bolsa, sobretudo, para os estudantes deslocados. O esforço que foi feito, e que tem hoje um volume por ano de cerca de 150 milhões de euros, é um esforço que valeu a pena e que deve continuar a aumentar. Por isso, o nosso objetivo é chegar aos 100 mil bolseiros de Ação Social Escolar. Para além disso, existem também



outro tipo de bolsas que não são, necessariamente, para estudantes carenciados, como são exemplo as bolsas de mérito. No âmbito do Programa de Recuperação e Resiliência foi dada a capacidade às Instituições de Ensino Superior de concederem bolsas de mérito, e parte do financiamento pode ser utilizado para atrair estudantes, sobretudo para as áreas de ciência e tecnologia e engenharia. Apesar disso, não há dúvida nenhuma que hoje é uma necessidade crítica continuar a reforçar o orçamento da Ação Social Escolar, direta e indireta. Não é só o valor da bolsa é também o apoio ao alojamento e é por isso que, no âmbito do Programa de Recuperação e Resiliência, foi lançado um programa para construir, nos próximos sete anos, cerca de 15 mil camas, exatamente porque sabemos que grande parte dos custos hoje suportados pelas famílias têm a ver com o alojamento dos estudantes universitários.

Este ano entraram no Ensino Superior em Portugal 664 emigrantes e seus familiares ao abrigo do contingente especial, um número que representa quase mais 60 por cento

do que o registado no ano anterior, quando entraram 416 alunos. Quais os cursos mais procurados e quais os principais países de origem dos candidatos?

Diria que os cursos são genéricos e ainda bem que são. Cada vez mais o que é importante é que um jovem, aos 17/18 anos, vá estudar naquilo que verdadeiramente tem interesse, que adquira o gosto por estudar e vá evoluindo no seu percurso. Neste momento, não se vê nenhuma tendência específica e, quanto a mim, não se deve impor nenhuma tendência específica. Naturalmente que os jovens, há medida que adquirem a sua maturidade, vão desenvolvendo interesses e sendo atraídos por áreas com maior capacidade de emprego. Sabemos que há uma atração muito grande e salários melhores nas áreas das tecnologias de informação, ou das ciências da vida, e cada vez mais, na próxima década, haverá uma necessidade intrínseca de competências nas áreas da transição ecológica. Mas também sabemos que não podemos ser todos engenheiros. Para além disso, as empresas e empregadores que têm atividades de base tec-



nológica precisam de pessoas com diferentes competências e de equipas transversais. Diria que é bom ter um Ensino Superior com estudantes em cursos que vão desde as áreas das humanidades, às ciências sociais, às engenharias, às tecnologias, ou até às ciências culturais.

Hoje, temos sobretudo uma relação, particularmente, importante com os países onde há mais emigrantes. Naturalmente, dentro dos chamados lusodescendentes, a grande maioria dos estudantes que ingressaram no contingente especial são oriundos de França, Bélgica, Luxemburgo Suíça e Inglaterra. Para além disso, temos verificado uma adesão cada vez maior, por razões diferentes, de estudantes vindos do Brasil.

Apesar do aumento do número de candidatos emigrantes nos últimos dois anos, o Governo português pretende aumentar ainda mais essa fasquia. O objetivo é chegar ao fim de 2030 com seis em cada dez jovens a frequentar o Ensino Superior e que estes números sejam preenchidos também pelos emigrantes e seus familiares, bem como pelos luso-

descendentes. Por onde passará a estratégia para motivar os lusodescendentes a aderir este contingente?

O aumento do número de estudantes lusodescendentes que ingressaram no último ano é bom, mas acho que não chega, ainda é pouco. Hoje, Portugal tem uma capacidade de Ensino Superior que poderia formar mais. Certamente que para muitas dessas famílias aprender e estudar em Portugal é bastante mais económico do que ingressar no Ensino Superior nos países de origem. Por outro lado, Portugal é um país seguro e tem sido uma forma de atrair, não apenas estudantes, mas também outras pessoas, nomeadamente franceses, que têm vindo viver Portugal. Para além disso, destaca-se ainda a capacidade de Portugal de atrair os chamados “nómadas digitais”, pessoas que durante a pandemia procuram trabalhar de forma remota. Isto mostra que Portugal tem uma capacidade de atração de pessoas e de talentos muito importante.

Penso que neste contexto é, particularmente, crítico o papel das associações de lusodescendentes. O que me tenho



percebido, nos encontros com várias associações e grupos de emigrantes com quem tenho reunido, é que a falta de informação ainda é o principal problema. Por isso, é sobretudo preciso fazer chegar essa informação junto das comunidades. Se hoje é verdade que em Portugal conseguimos aumentar o número de estudantes, através do Ensino Superior de proximidade dando oferta em vários municípios, é muito claro que temos que mobilizar as instituições de Ensino Superior para irem falar com os emigrantes e com as suas famílias aos locais e às escolas onde eles estão. Por outro lado, não podemos esquecer que uma das melhores

formas de chegar às pessoas e às famílias é através das associações de emigrantes que hoje têm um poder e uma ação local muito forte. Apesar de não parecer um trabalho muito complexo, requer muita insistência, ano após ano, para que se possa fazer chegar a informação às pessoas. O processo de recrutar o estudante é um processo muito descentralizado. Não é o Estado que faz isso, são as instituições de ensino, são as pessoas. Nós podemos e temos o interesse de facilitar, mas é algo que tem de ser feito pelas instituições, são elas quem deve manter o contacto e criar essa relação de confiança.



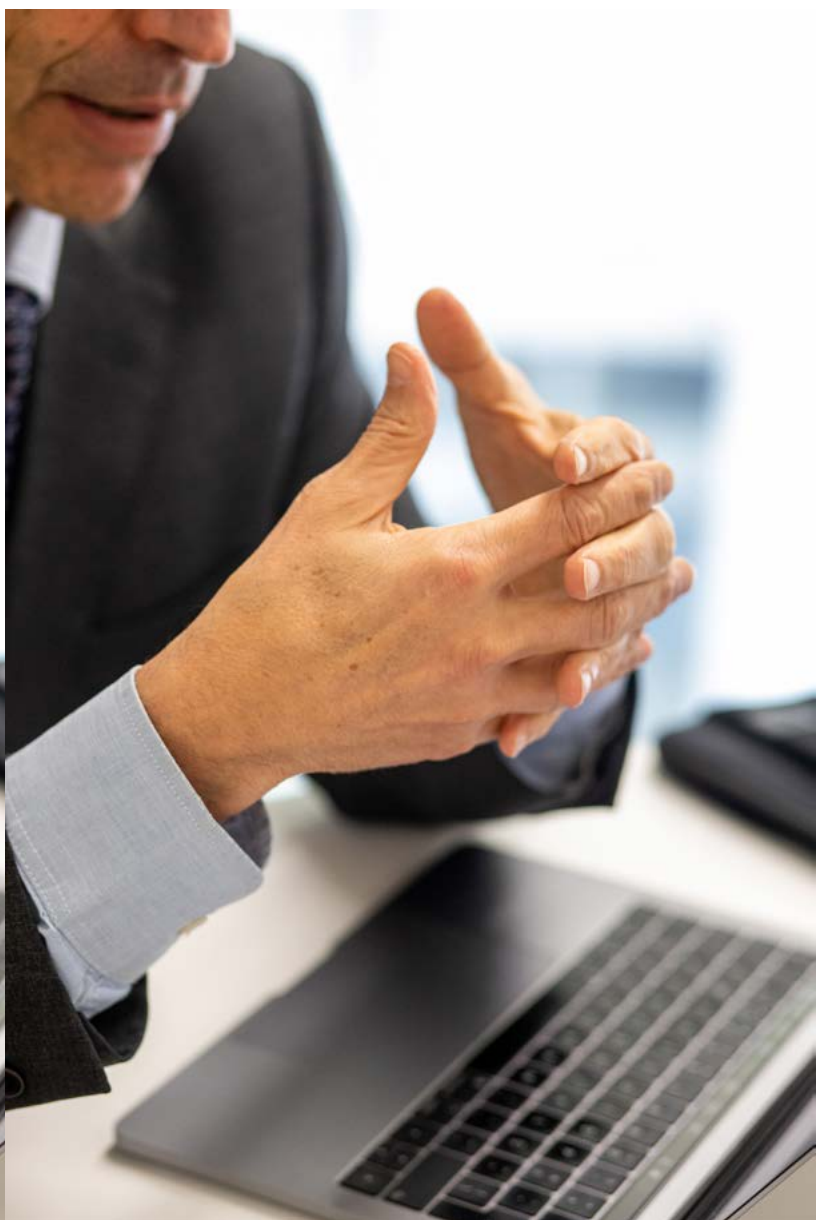
A burocracia enfrentada por estudantes estrangeiros é um dos principais desafios para a internacionalização do ensino universitário em Portugal. Esta realidade é hoje um considerável fator de desvantagem competitiva para as universidades portuguesas?

Penso que esse processo foi muito simplificado. Hoje, temos linhas de acesso muito rápidas. O acesso ao Ensino Superior está totalmente simplificado e, portanto, não temos recebido nenhuma queixa de que é um processo burocrático, antes pelo contrário. É verdade que há burocracia noutras questões, nomeadamente com os vistos, mas que se prendem com o Serviço de Estrangeiros e Fronteiras. Naturalmente, defendo que, a partir do momento em que uma pessoa é aceite numa instituição de Ensino Superior, deve ter um visto automático. Devemos caminhar nesse sentido. Nestes casos não estamos, obviamente, a falar de lusodescendentes, mas sim, sobretudo, de estudantes estrangeiros que vem, por exemplo, do continente africano. Neste âmbito, considero que era, particularmente, importante dar

maior responsabilidade às instituições de Ensino Superior, para que, quando o estudante seja aceite, o visto seja dado automaticamente, pelo menos durante o período de tempo do ano letivo.

Recentemente, defendeu a necessidade de um reforço da qualificação, em Portugal e no mundo, bem como de um Ensino Superior mais ativo, em resposta aos dois processos de transição atualmente em curso, a digital e a ecológica. Quais os desafios que se colocam hoje ao Ensino Superior?

Temos tentado desenvolver uma política e uma estratégia baseada em quatro desafios. Alargar a qualificação é o primeiro grande desafio. Hoje, temos mais de 50 por cento dos jovens, com 20 anos, a residir em Portugal e a estudar e conseguimos ter cerca de 46 por cento dos adultos residentes em Portugal, entre 30 e 34 anos, já com nível de Ensino Superior. Temos que continuar a alargar esta base, para conseguirmos atingir a meta dos 60 por cento nos jovens e os 50 por cento nos adultos.



Para qualificar mais, sabemos que temos de diversificar e especializar. Para termos mais pessoas a estudar, temos que diversificar o ensino. Ao mesmo tempo que temos que diversificar, temos que especificar, sobretudo ao nível da pós-graduação. Hoje, em determinadas áreas é necessário ter características muito especializadas. O sistema de Ensino Superior reforçou-se, modernizou-se, tem mais estudantes, mas também tem que se diversificar e especializar. O terceiro desafio crítico é inovar mais para empregar melhor. As instituições de Ensino Superior também são corresponsáveis pela criação de emprego. Este desafio consegue-se reforçando, cada vez mais, as relações entre as

instituições de ensino, as empresas e empregadores, sobretudo, através das redes de inovação.

O quarto desafio é a internacionalização. As instituições devem estar, cada vez mais, envolvidas em redes internacionais. Isto é particularmente importante para os lusodescendentes, para aqueles que vivem fora de Portugal, mas também para as próprias instituições portuguesas. Temos, cada vez mais, de nos inserir no contexto europeu e, por isso, temos estimulado, nos últimos anos, as redes das universidades europeias, que são associações e alianças de instituições para os estudantes e professores, que permitem a sua circulação e, consequentemente, criar um ensino mais



internacionalizado. Apesar de em algumas áreas o corpo docente já estar algo internacionalizado, temos ainda esse desafio de internacionalizá-lo mais, tendo mais docentes e investigadores internacionais a trabalhar em Portugal.

O Plano de Recuperação e Resiliência tem dois programas específicos na área do Ensino Superior, que devem ser interpretados na articulação com todas as outras áreas. Estes fatores irão condicionar a modernização do Ensino Superior em Portugal e no mundo, sobretudo no contexto europeu?

Sim. Hoje temos uma urgência em perceber as oportunidades de transição digital para também fazer face aos desafios da chamada transição ecológica. Isso não são desafios únicos de Portugal, são desafios do mundo e, por isso, o Programa de Recuperação e Resiliência, que foi um mecanismo

único desenvolvido a nível europeu, tem como objetivo posicionar melhor a Europa e criar mais emprego, face a estas duas grandes tendências. Digitalizar mais, ser cada vez mais verde e caminhar no sentido efetivo da neutralidade carbónica, são alguns dos desafios e metas que temos para o futuro. Sabemos que a qualidade de vida das futuras gerações, depende de enfrentarmos de uma forma séria estes desafios e acredito, sem sombra de dúvidas, que a Europa tem hoje capacidade de mudar esse processo e dar respostas aos atuais desafios que se impõem neste âmbito.

Em setembro, enfatizou a necessidade de aumentar o número de clínicos formados, manifestando o desejo de chegar a 2023 com três novas escolas médicas. Estudantes e sindicatos criticaram esta intenção, reiterando a que não há falta de recursos humanos. Concorde com estas declarações?



Poderia dar inúmeros argumentos, mas vou destacar essencialmente dois, que me parecem óbvios. Por um lado, os portugueses querem estudar mais Medicina e mais áreas da saúde, e, a meu ver, não há razão nenhuma para não facilitarmos isso. Por outro lado, a pandemia tornou mais do que evidente que não há médicos, técnicos de saúde, nem há enfermeiros a mais. Depois, não nos podemos esquecer de outros fatores. Hoje, temos uma perspetiva de vida muito mais longa e temos cada vez menos jovens. Portanto, temos que educar mais para tomar conta dos cuidados de saúde de pessoas, que têm hoje uma esperança média de vida maior. Por outro lado, também temos que pensar no mundo. Hoje, o mundo tem 7 biliões de habitantes. Como é que vamos conseguir garantir condições de saúde a uma população que cresce em todo o mundo? Têm que ser certamente os

países ricos, no qual Portugal se enquadra, a formar médicos para uma população que irá crescer, exponencialmente, sobretudo em África, onde a população em 30 anos vai duplicar. Perante todos estes fatores, não vejo razão nenhuma para que um país como Portugal não se melhor posicione no mundo, formando mais médicos. Não só considero que já não temos médicos suficientes, como, num período de 30 anos, vamos precisar de mais médicos, técnicos e enfermeiros. Para além disso, não nos podemos esquecer que devemos ter uma responsabilidade coletiva de garantir condições de vida, não apenas aos nossos cidadãos, mas também à população mundial. Vejo todas as razões e mais algumas para reforçarmos o ensino da Medicina em Portugal. Aliás, esta é uma tendência em muitos países e não há razão nenhuma para Portugal não a seguir.



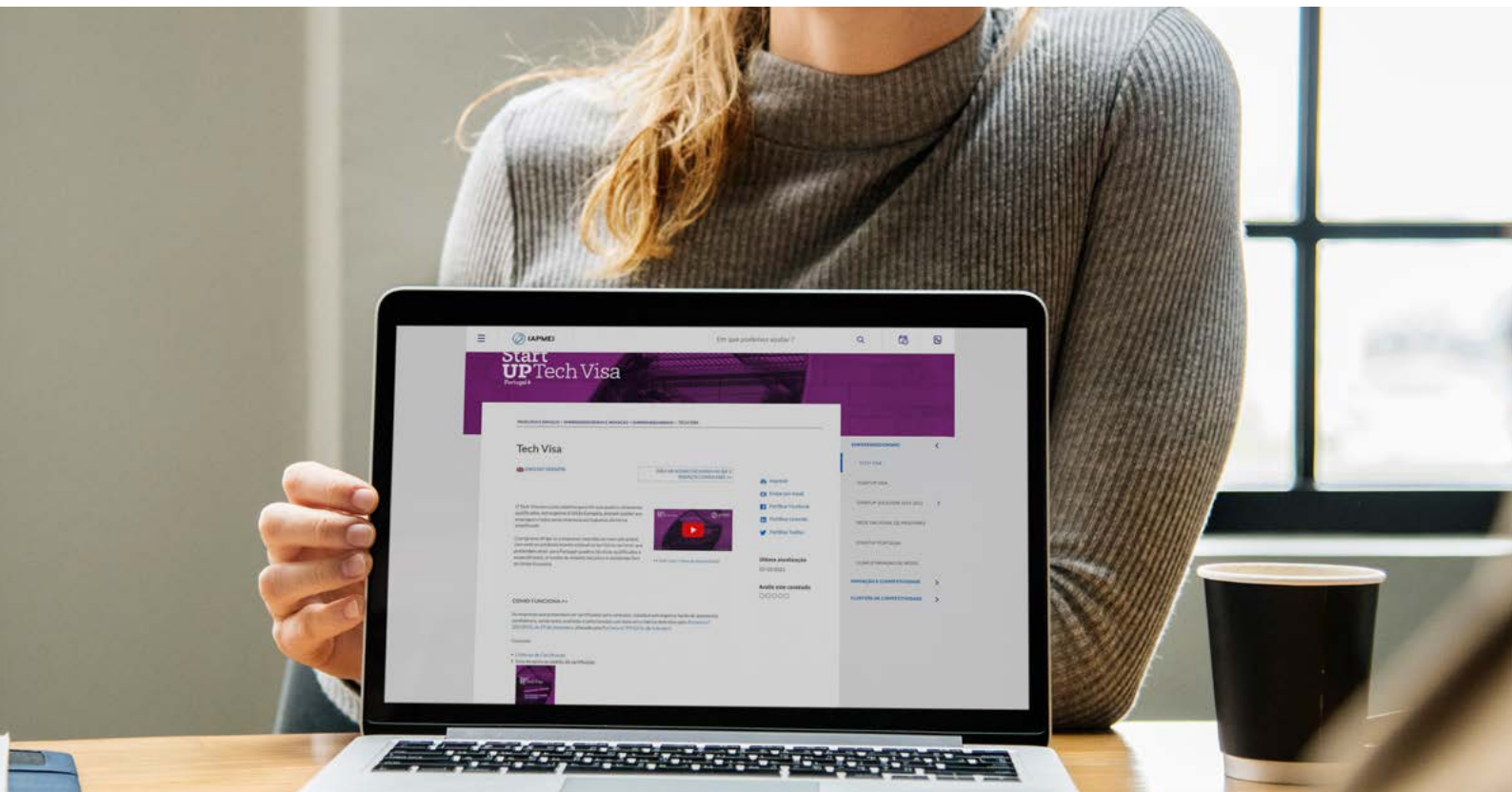
Quando olhamos para as empresas que mais conseguiram crescer, nas chamadas deeptech, elas têm um valor superior a mil milhões de euros, sendo que temos seis dessas empresas em Portugal. No entanto, considera ainda haver muita dependência europeia relativamente a investimentos privados norte-americanos. É um desafio para a Europa garantir mais investimento?

Portugal tem hoje uma das maiores concentrações, na Europa, destas empresas que crescem muito, chamadas de “unicórnios”, e que têm uma valorização no mercado, acima de mil milhões de euros. Neste momento, temos seis destas empresas, sendo que só estamos atrás da Estónia, que tem sete. É curioso ver que todas estas empresas nascem através de projetos de investigação de âmbito internacional. Portanto, investir nas ciências e nas relações internacionais é importantíssimo. Também temos que ver que estas empresas têm hoje a maior parte dos seus trabalha-

dores em Portugal, mas são todas financiadas, maioritariamente, por fundos americanos. A indústria do financiamento destas empresas ainda está, de facto, muito pouco desenvolvida na Europa e urge mudar essa tendência. Por isso, trabalhamos nos últimos anos para desenvolver uma nova linha, para estimular o financiamento de novas empresas de base tecnológica. Não há dúvida nenhuma que a modernização do apoio financeiro na Europa é particularmente urgente, sobretudo em áreas que atraem muitos jovens e que requerem muito investimento.

Que mensagem gostaria de deixar aos nossos leitores, em especial a todos os lusodescendentes que nos seguem um pouco por todo o mundo?

Estudem mais. Aprender é um esforço, mas vale a pena. Se quiserem ter um lugar seguro para aprender, venham aprender para Portugal.



MIGRAÇÕES

Uma Imigração qualificada

Após a crise económica que vigorou em Portugal nos últimos anos, que levou a uma emigração de talentos nacionais, Portugal assiste agora a uma vaga de imigração qualificada, sobretudo no que concerne às tecnologias de informação.

O evento Web Summit, que teve lugar em Portugal pela primeira vez em 2016, teve bastante influência nesse fenómeno. Pois, desde então, muitas

empresas na área da tecnologia decidiram passar a ter presença em Portugal, aqui criando sucursais de empresas já existentes noutros países, algumas empresas que já cá estavam fixadas encontraram condições para aumentar as suas operações e surgiram muitas startups na área das novas tecnologias.

Este cenário, que em primeira análise seria bastante benéfico para Portugal,

rapidamente se deparou com falta de mão-de-obra qualificada na área das tecnologias e as empresas começaram a procurar soluções de recrutamento além fronteiras.

O Brasil surge como país no topo da lista, quer pelas tecnologias que dominam e que são escassas de encontrar em Portugal, quer pela facilidade na língua. Logo em seguida surgem outros países da América latina como

Colômbia e Venezuela mas também Índia, Marrocos e Tunísia.

Como contratar um profissional altamente qualificado na área de T.I.? Existe um visto de residência próprio, a ser solicitado no consulado português do país de origem: visto para exercício de atividades altamente qualificadas cujos requisitos são os seguintes:

- O candidato deve ter mais de 5 anos de experiência comprovada para a área para a qual será contratado em Portugal;
- Deverá ter formação académica na área das Tecnologias da Informação;
- O contrato-promessa de trabalho ou de prestação de serviços deve ser claro em relação à função que o candidato irá exercer a duração do contrato deve ser de pelo menos 12 meses, e a remuneração proposta, no âmbito da classificação de atividade altamente qualificada, terá que ser igual ou superior a 3 vezes o IAS (cerca de €1.300 mensais).

Note-se que este processo de visto é mais célere que os restantes vistos de residência. O prazo para emissão deste tipo de visto é de 30 dias, por oposição ao prazo dos restantes vistos de residência que são de 60 dias.

No entanto, cumpre referir que, em caso de dúvida por parte das autoridades que decidem sobre a emissão do visto (serviço de estrangeiros e frontei-

ras) sobre se estão preenchidos todos os requisitos para o exercício de atividade altamente qualificada, poderão solicitar um parecer à FCT (Fundação para a Ciência e Tecnologia) que se irá pronunciar sobre o caso concreto emitindo um parecer que, no caso de ser positivo, culminará com a emissão do visto para exercício de atividade altamente qualificada (vulgo visto D3).

Ainda sobre este tema é pertinente referir que o Governo Português aprovou no dia 19/12 a Portaria n.º 328/2018, que entrou em vigor a 1 de Janeiro de 2019, e que define o Tech Visa, isto é, a possibilidade de empresas tecnológicas e inovadoras poderem contratar cidadãos não europeus altamente qualificados na área de atividades dessas empresas, beneficiando estes de um procedimento ainda mais simples e célere para a obtenção do visto e respetiva autorização de residência.

Neste sentido, as empresas interessadas terão que se candidatar ao programa Tech Visa, para que obtenham o estatuto de empresa certificada para este fim.

A entidade responsável por essa avaliação e seleção será o IAPMEI, I. P. – Agência para a Competitividade e Inovação.

No site www.iapmei.pt, as empresas poderão consultar e participar caso es-

tejam interessadas em contratar profissionais altamente qualificados através desta via.

Caso a certificação seja concedida, terá validade de 2 anos.

A referida legislação também prevê quais as obrigações que devem ser respeitadas pelas empresas, caso sejam selecionadas, bem como os requisitos de elegibilidade dos trabalhadores altamente qualificados.

A principal vantagem deste programa para os cidadãos estrangeiros é revelada pela possibilidade de poderem apresentar os pedidos de obtenção de visto ou autorização de residência com base num documento – um termo de responsabilidade – emitido pela empresa classificada como certificada, e válido por 6 (seis) meses, que agiliza a análise dos processos por parte das Autoridades Competentes – SEF – e que substitui a necessidade de obtenção de um parecer, emitido pela FCT, que classifique a sua atividade como qualificada. (sem prejuízo da necessidade de cumprimento dos restantes requisitos gerais previstos nos n.ºs 1 e 2 do art. 5.º da Portaria).

Porém, o visto de residência para exercício de atividade altamente qualificada, nos termos da Lei 23/2007 de 4 de Julho, mais conhecido por D3, vai continuar a existir.



Gilda Pereira
CEO Ei! Assessoria Migratória

| CONSELHO DAS COMUNIDADES PORTUGUESAS

A “nova velha eleição” nas comunidades



Em decorrência do anúncio de eleições legislativas para 30 de janeiro, o CCP, no dia 08 de novembro passado, apresentou aos órgãos de soberania e aos que terão responsabilidades na organização de mais esse importante ato eleitoral, diversos aconselhamentos que visavam dar mais visibilidade e participação das Comunidades nesse pleito.

Reiterou, inclusive, o seu Manifesto “As Comunidades querem votar” (2019) e as conclusões do Grupo de Trabalho “Melhoria da participação cívico-política nas Comunidades” (2021) como, por exemplo, que houvesse uma intensa campanha de conscientização para que todo cidadão no estrangeiro verificasse onde estaria recenseado e atualizasse sua morada ou manifestasse pelo voto presencial.

Também aconselhou-se o aumento do número das Assembleias de Voto no estrangeiro, visando a quem optar pela modalidade presencial e que a remessa dos boletins de voto postal pudesse ser feita ao respetivo Posto Consular do eleitor e neste fossem os votos apurados e contabilizados no dia 30/01, de modo a evitar-se, como em 2019, que o Governo esteja formado sem que os votos das Comunidades estejam computados.

Até aqui (final de 2021) quase nada foi realizado e, lamentavelmente, deparamo-nos com mais um ato eleitoral (mesmo que antecipado pela conjuntura política) sem que questões e alterações de fundo tenham sido discutidas e aprovadas pela Assembleia da República, tendo como principal objetivo uma maior participação política das Comunidades e a diminuição da abstenção.

Os elevados níveis de abstenção nas eleições legislativas de cerca de 90% jamais serão diminuídos a curto prazo; será um trabalho a longo prazo e que dependerá da participação dos Governos, dos Partidos Políticos, da CNE e de outros responsáveis políticos.

Os vários fatores que levam à alta abstenção nas Comunidades não podem ser imputados a estas; o desinteresse do poder político em combater o insucesso do voto nas Comunidades, as deficiências encontradas nos processos eleitorais, o crescente alheamento da vida política nacional, bem como a pouca (quase nula) divulgação dos atos eleitorais não serão minimamente superados nas eleições legislativas de 2022 pois nunca são séria e frontal e atempadamente enfrentados durante as Legislaturas.



Flávio Martins

Presidente do Conselho das Comunidades Portuguesas

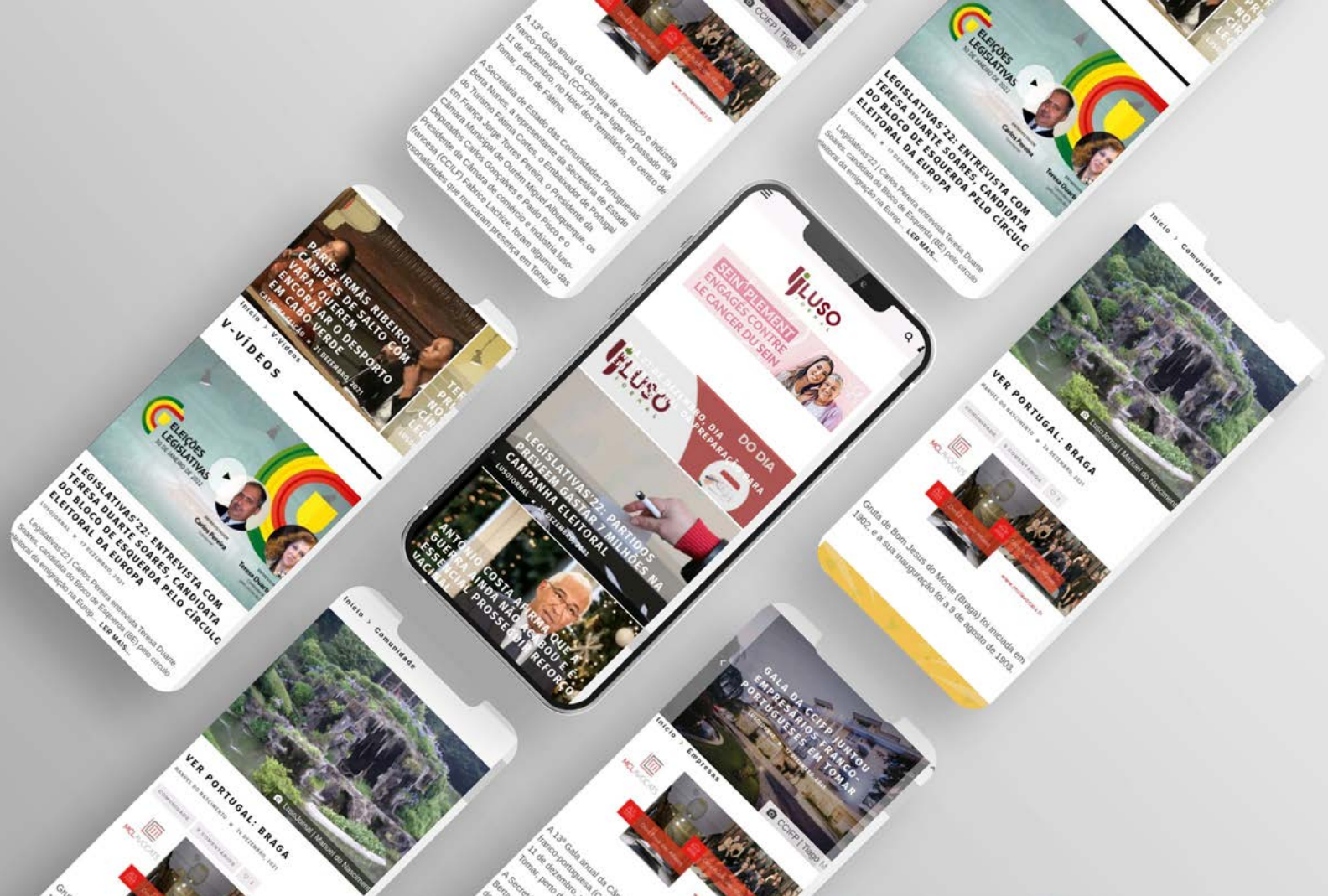
OS MEDIA DE LÍNGUA PORTUGUESA PELO MUNDO

LusoJornal

França



180.000 leitores mensais online
400 pontos de distribuição
Único semanário gratuito
O jornal mais lido pelos Portugueses de França



É com natural empatia que constatamos que são uma publicação a pensar nos portugueses. Como nasceu essa vontade de dar voz aos portugueses no seio da comunidade em França e como nasceu afinal o LusoJornal?

Carlos Pereira: O LusoJornal é o resultado de um percurso pessoal e de uma análise da comunidade portuguesa. Desde que cheguei a França, em 1984, mergulhei na comunidade portuguesa que reside neste país. Durante uma dezena de anos fui dirigente associativo, animador sociocultural, organizei e participei em encontros, debates, estudos sobre a comunidade portuguesa, fui membro do Conselho das Comunidades Portuguesas (CCP) e cheguei mesmo a ser presidente mundial do CCP. Tenho consagrado uma vida a estas questões. O LusoJornal é apenas a solução para uma carência que constatei: a falta de informação no seio da comunidade.

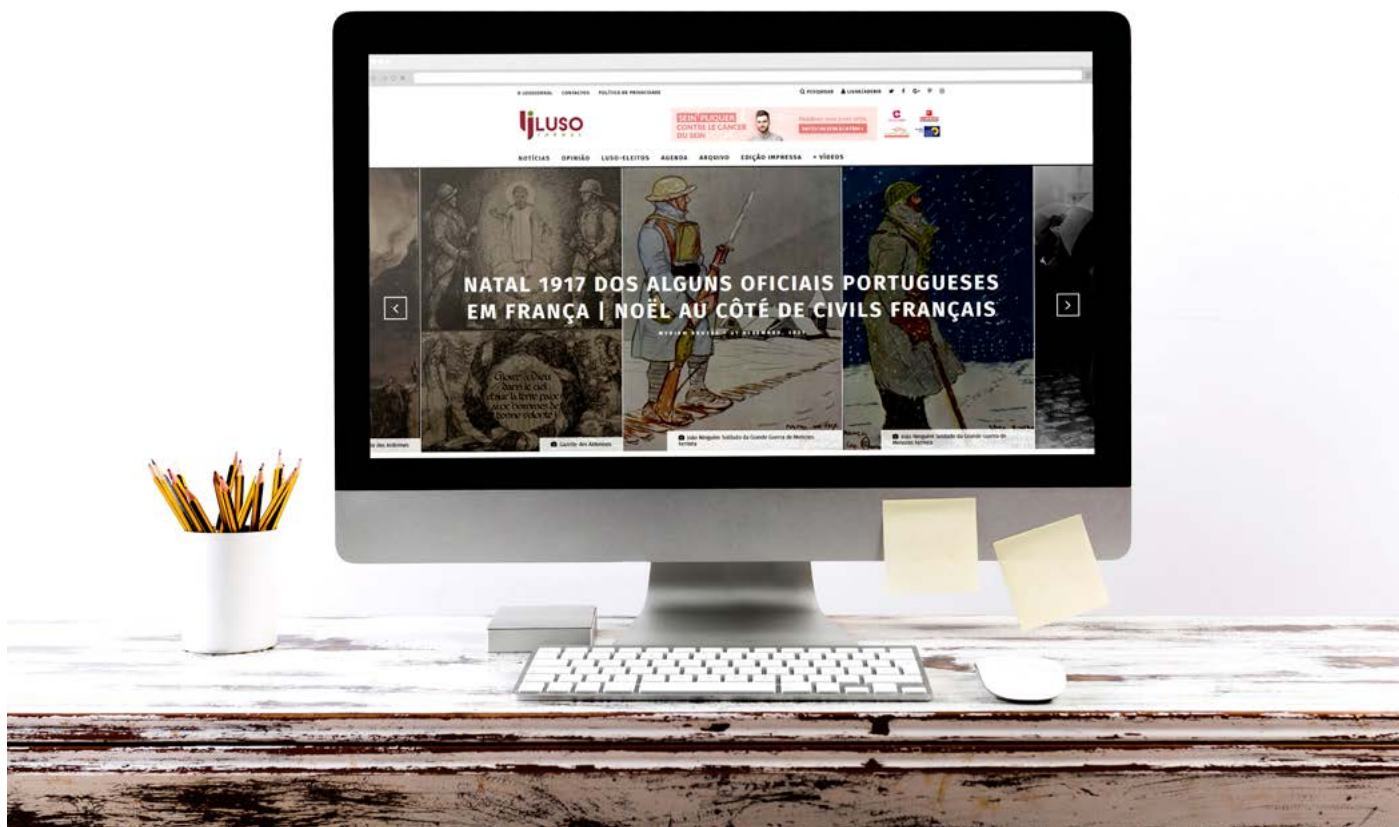
Em que áreas e atividades se têm destacado mais os portugueses no vosso jornal?

Carlos Pereira: Um dos principais objetivos do LusoJornal é precisamente mostrar que a comunidade portuguesa de França é heterogénea. Viemos quebrar os preconceitos que havia. Quem ler o LusoJornal fica a saber que os portu-

ses de França não são todos trabalhadores da construção civil e que as mulheres não são todas domésticas. Mas também mostramos que os emigrantes portugueses não são todos empresários de sucesso. Quem ler o LusoJornal, penso que ficará com uma imagem o mais real possível dos portugueses de França. Temos essa obsessão. Todos os dias acordamos a pensar nisso.

São 18 anos de atividade. Quais foram os pontos menos positivos que destaca ao longo destes anos todos e os mais positivos?

Carlos Pereira: Para se aguentar um projeto destes durante 18 anos há só uma receita: esquecer os momentos menos positivos e apenas guardar em memória os passos, mesmo os mais pequenos, se se vão dando. No início diziam-nos que os portugueses não estavam habituados a ler, mas nós mostramos que sim. Diziam-nos que não havia mercado, mas mostramos que sim. Diziam-nos até que não havia notícias, quando é coisa que não nos falta. Diziam-nos que não se faz jornalismo sério com jornais gratuitos, mas hoje há cada vez mais jornais gratuitos. Por isso, apostámos na determinação e esse é, sinceramente, o nosso ponto positivo. O departamento comercial tem sido o elo fraco do nosso projeto. Aliás,



<https://lusojornal.com>

nos últimos 10 anos, nem tínhamos departamento comercial. É um erro que estamos a corrigir agora. Tivemos um percalço administrativo em 2010 que quase deitou por terra o projeto. Na altura, tivemos de mudar de editora. Mas esse tipo de problemas reforçam-nos, dão-nos mais segurança para encarar o futuro.

Durante estes anos com certeza que surgiram histórias de cumplicidade com os vossos leitores? Contem-nos alguma que vos tenha marcado.

Carlos Pereira: Durante 18 anos, temos centenas, milhares de histórias de cumplicidades com os nossos leitores. Para muitos deles, somos o único companheiro de leitura. Muitos deles esperam ansiosamente pela quarta-feira para nos lerem. Muitos enquadram os artigos que publicamos a falar deles. Para muitos deles, somos o único jornal que se interessa às suas atividades. Costumamos dizer que muitos dos políticos das comunidades passariam despercebidos se não existíssemos. Esse é o nosso grande orgulho.

Como antevê o futuro do LusoJornal?

Carlos Pereira: É difícil prever o futuro. Estamos num mundo em mutação constante e tremendamente rápida. A edição do jornal em papel ainda se justifica porque muitos dos nossos leitores ainda só nos lê em papel, mas criámos uma edição digital para preparar o futuro, para chegar aos leitores

mais habituados à navegação digital. Dizem-nos que no futuro deixaremos de ter jornais impressos. Será verdade? A língua portuguesa é importante para nós, é o elo de ligação entre muitos dos nossos leitores, mas cada vez escrevemos mais em francês, para chegar a mais público, menos familiarizado com a língua portuguesa. Dizem-nos que no futuro os nossos leitores só vão ler francês. Será verdade? Há só um ponto sobre o qual não abdicamos: a seriedade, a deontologia, a forma de encarar a missão do jornalista. Fazer um jornal a sério nas comunidades, não é impossível, e acreditamos que nos resta uma reserva de engenho e arte para continuar a mostrar o que sabemos.

Novidades para 2022 que nos possa revelar?

Carlos Pereira: Estamos num processo de mudanças, mas tenho a impressão que este processo nos acompanha desde o primeiro dia da nossa existência. O LusoJornal é gratuito e por isso, a nossa única fonte de receitas é a venda de publicidade. No entanto, a pandemia veio perturbar muito o nosso plano de desenvolvimento comercial. Vamos ver se em 2022 a venda de publicidade retoma. Pouco a pouco, vamos também melhorando o nosso site. O lançamento da área de vídeo do LusoJornal veio trazer uma nova forma de fazer jornalismo. As entrevistas, outrora feitas pelo telefone, são agora feitas em direto nas redes sociais, criámos programas específicos, com especialistas, e tudo isto faz de nós únicos.



Carlos Pereira, Fundador e Diretor do LusoJornal

Carlos Pereira nasceu há 56 anos em Vila Real e mora em França desde 1984.

É licenciado em Física Fundamental pela Universidade de Paris 7. Foi animador sociocultural, Diretor Executivo da Coordenação das coletividades Portuguesas de França, fundou e dirigiu o Festival de Teatro Português em França. Também assumiu a função de formador de dirigentes associativos em vários países da Europa e organizador de encontros internacionais de jovens. Durante 11 anos foi membro do Conselho das Comunidades Portuguesas (CCP) e foi Vice-Presidente e Presidente Mundial deste órgão de consulta do Governo português. Antes de criar o LusoJornal era Diretor de marketing e vendas da Marconi France, uma empresa do grupo Portugal Telecom. Para além de ser jornalista e Diretor do LusoJornal, trabalha também para televisão, nomeadamente para a RTP desde 2005. Também já produziu programas para a SIC e para a CLP TV.

ARTES E ARTISTAS LUSOS

Isabel Mateus

[Website oficial](#)

[Facebook](#)



Transmontana de nascimento, Isabel Maria Fidalgo Mateus é uma escritora portuguesa, radicada no Reino Unido, desde 2001. Com uma vasta obra, é mais conhecida por abordar temáticas que incidem sobre o Portugal rural e as Comunidades. Tem livros traduzidos para inglês, francês e chinês. Licenciada em Português-Francês Via Ensino na Universidade de Évora, lecionou em Portugal durante 10 anos. Posteriormente, obteve o grau de doutora em Literatura Portuguesa pela Universidade de Birmingham, onde ensinou Língua e Literatura. Em seguida, conciliou ainda o ensino do Português na Universidade de Liverpool com a escrita ficcional e a investigação. Na atualidade, dedica-se exclusivamente ao velho sonho da escrita. O seu novo livro, a lançar durante este mês, é “O menino que queria ver a baleia-azul a passar nos Açores”, Prémio AnimaPIX – Conto 2021.

De Portugal para o Reino Unido. Como foi essa transição e já a incluiu na sua escrita?

Sempre que reflito na minha vinda para a terra da rainha também me lembro da emigração portuguesa para França na década de 60. De facto, vim reunir-me ao meu marido, que havia saído de Portugal à procura de melhores oportunidades, um anos antes, tendo trazido comigo o meu filho de cinco anos de idade. “Reagrupamento familiar”, valorização e realização são as palavras-chave desta aventura em que, como afirmo no poema “Pátria”, pretendíamos “Afiml, MUDAR de vida. Mudar a vida.”

A princípio não foi fácil, sobretudo para o meu filho, tendo este ingressado de imediato no primeiro ano da escola primária, sem saber a língua inglesa. Mas ajudou muito o facto de já termos a vida bastante bem organizada devido

aos esforços empreendidos pelo esposo e pai. Eu trazia apenas uma licença sem vencimento do Ministério da Educação para realizar o sonho antigo de prosseguir os meus estudos na área da Literatura Portuguesa. Ainda nesse ano letivo de 2001/2002, ingressei na Universidade de Birmingham onde lecionei e obtive, posteriormente, o meu doutoramento em Miguel Torga.

Todos os meus livros foram escritos nesta grande ilha, e neles se nota uma certa influência anglo-saxónica tanto no tipo de escrita, como em alguns dos temas que abordo. “A Terra da Rainha – Retratos Portugueses no Reino Unido” (capa do artista Ricardo Cabral) é o livro em que mais se destaca a minha vivência aqui. Contudo, dedico partes de alguns dos volumes da Coleção Dos Bichos a este meu país de acolhimento.

Lembra-se como começou a escrever e o processo para a sua primeira publicação?

A escrita de ficção surgiu em virtude do meu percurso académico com a publicação do ensaio “A Viagem de Miguel Torga”, em 2007, tendo o livro

a chancela da Gráfica de Coimbra, a mesma casa de edição em que Torga publicou todos os seus livros. Embora tivesse cultivado desde muito jovem a paixão pela leitura e pelas letras, foi somente após esta primeira publicação que a escrita veio para ficar e para me acompanhar de forma mais siste-



mática e mesmo obsessiva. Em 2009, tive ainda a oportunidade de publicar, através da mesma editora, a obra “Outros Contos da Montanha” (2009) cuja influência torguiana se revela logo no próprio título. Devo acrescentar que o apoio desta editora e distribuidora foi incondicional até à altura em que, infelizmente, fechou portas em janeiro de 2015.

Quais os seus livros que fazem parte do Plano Nacional de Leitura? O que quer dizer este selo para si?

O livro de contos da infância rural “O Trigo dos Pardais” foi o meu primeiro livro a ser incluído no Plano Nacional de Leitura. E confesso que esta distinção, quase no início da minha produção literária, me deu alento para continuar e, além disso, para fazer mais e melhor. Seguiram-se-lhe os três últimos volumes da Coleção Dos Bichos: “Santiago, O Lince da Herdade das Romeiras”, “Mariana, O Urso-Pardo Sábio dos Saltimbancos” e “Barbatus, Um Abutre Quebra-Ossos e os Outros”. No momento, sinto que este selo vale sobretudo pelo reconhecimento que traz à minha escrita bem como pela sua aceitação quer em Portugal, quer no estrangeiro.

Como surgiu uma publicação em chinês/mandarim?

Tendo-me deslocado, em 2013, a Macau contactei o Departamento de Português da Universidade de Macau a fim de propor a eventual tradução para chinês de alguns dos meus contos. Como o desafio foi bem aceite, em junho de 2014 aconteceu a publicação da edição bilingue português-chinês de “Contos do Portugal Rural” a qual constitui o segundo volume da coleção “Portuguese Insights”. No ano seguinte, pudemos contar, de novo, com





a colaboração dos alunos do Curso de Mestrado de Tradução de Chinês e da coordenadora do projeto, a Professora Doutora Ana Cristina Alves. Daí, resultou ainda o terceiro volume da coleção com a publicação também bilingue de “O Trigo dos Pardais”. E eu tive a grande fortuna de me deslocar de novo a Macau, em 2015, para a apresentação desta última obra e para ter ainda a grande alegria de conhecer pessoalmente os alunos com quem tinha trabalhado e trocado impressões apenas virtualmente. As capas dos livros são do artista Carlos Farinha.

Como surgiu o conto “O menino que queria ver a baleia-azul a passar nos Açores”?

A minha participação na edição de 2015 do Montanha Pico Festival contribuiu em muito para me deixar in-

vadir pela maravilhosa paisagem açoriana, pela amabilidade e pela genuinidade das suas gentes. Estava ali em representação de Trás-os-Montes com o livro “Outros Contos da Montanha”, e, pesar de constatar que existiam muitas semelhanças entre o Pico e o nordeste transmontano, onde eu nasci, houve uma diferença no seu passado histórico recente e na atualidade que me tocou e que, ao mesmo tempo, me aproximou dos seus habitantes: a caça à baleia e a posterior observação de cetáceos. E, mais uma vez, esta atividade me fez pensar que, afinal, são características comuns a ambas as realidades a pobreza do solo, a arduidade do dia-a-dia, o isolamento e, em consequência disso, a emigração para fora. Em suma, com esta história quis também assim homenagear o passado e o presente destas ilhas, que ainda não havia contemplado, através da minha escrita.



Há muitas escritas por publicar? E, que livro ainda não escreveu?

Sim. No momento, o meu objetivo é aquele de dar continuidade às temáticas que tenho vindo a abordar: ruralidade, biodiversidade e emigração. Pretendo, assim, escrever mais volumes da Coleção Dos Bichos (há um novo livro no prelo) e ainda um novo romance sobre migrações para breve.

Mais tarde, gostaria de experimentar o género dramático. O que vai ser, certamente, um grande desafio. Também me agradaria muito publicar outra vez poesia, visto que já tenho inclusive alguns poemas inéditos dispersos e mais inspiração para outros.



Terry Costa
Presidente do Conselho Cultural da AILD



LITERATURA PORTUGUESA

Florbela Espanca

I Parte

Da infância conturbada à neurose

Minh' alma é Princesa Desalento,
Como um poeta, lhe chamou um dia.
É revoltada, trágica, sombria,
Como galopes infernais de vento!
...In Livro de Sóror Saudade, 1923

Florbela da Alma da Conceição Espanca, a poeta alentejana de Vila Viçosa, onde nasceu em 1894, de uma relação fora do casamento de seu pai, João Espanca, que fazendo valer um costume de raiz medieval face à infertilidade da sua esposa, se sentiu legitimado para ter com Conceição Lobo, os filhos que desejava, primeiro Florbela e alguns anos mais

tarde, Apeles. Florbela revela-se ao longo da sua curta vida uma mulher de espírito livre de preconceitos mas sem a coragem de os quebrar a todos e, por isso, ao mesmo tempo, atormentada, quer pela realidade vivida, quer pelo seu imaginário, desejos não alcançados, frustrações múltiplas que acabam por a fazer viver num equilíbrio difícil entre a sua alma ousada, intensa, apaixonada, contraditória, doente e o desespero, a frustração, a angústia, a mágoa e o desalento a que facilmente se entregava. Esta neurose que foi sua companheira de vida e de solidão profunda que sempre sentiu, revelam-se nas suas ações, nos seus textos e na sua relação



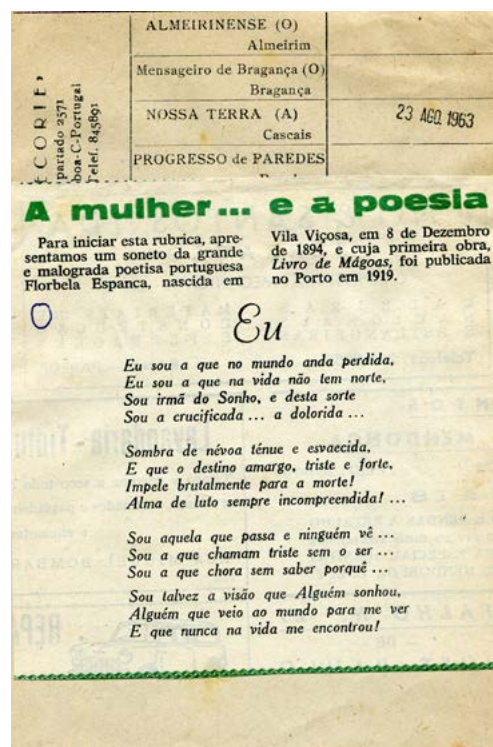
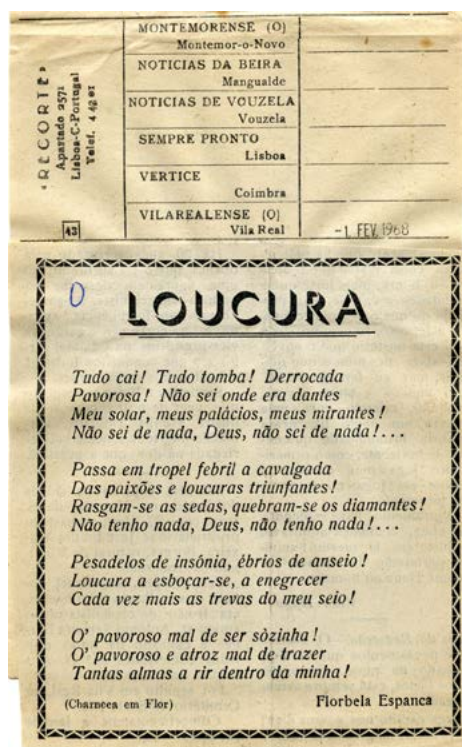
com a vida, com várias tentativas de suicídio. Criança ainda, aos 9 anos, escreve o seu 1.º poema com o título: “A vida e a morte”. E poderia ser outro o título? Disse ela **“aos oito anos já fazia versos, já tinha insónias e já as coisas da vida me davam vontade de chorar”**. Ela, que apesar de ter sido amamentada pela mãe biológica nos primeiros meses de vida, mal a conheceu, tendo sido criada pelo pai e pela madrasta. A mãe biológica morre quando Florbela tinha 8 anos de idade. A relação

com a madrasta oscila entre algum afeto e bastante rigidez. O pai, embora a tenha acolhido no seu lar, regista-a como filha de pai incógnito. Neste tempo não lhe falta nada no que respeita às suas necessidades materiais, apenas o amor paternal. João Espanca vive entregue aos seus afazeres profissionais, fotógrafo e negociante de antiguidades, fazia várias viagens, sem falar na sua vida de aventuras amorosas que o levavam a estar afastado dos filhos. Florbela já então se considera

uma criança triste. Esta tristeza há-de persegui-la por toda a sua vida, sendo apenas atenuada pelo grande amor fraternal que sente pelo seu irmão Apeles, cuja morte acaba por a levar a desligar-se cada vez mais da vida. O seu morto querido acentuará ainda mais o precipício em que já vivia, a falta de interesse por tudo. Continua apenas a escrever e destacam-se as tentativas de suicídio até ao episódio da noite de 7 para 8 de dezembro de 1930, que a levará a morte. A morte, sempre tão presente, sempre tão desejada, como se pode concluir das suas cartas, contos e poemas:

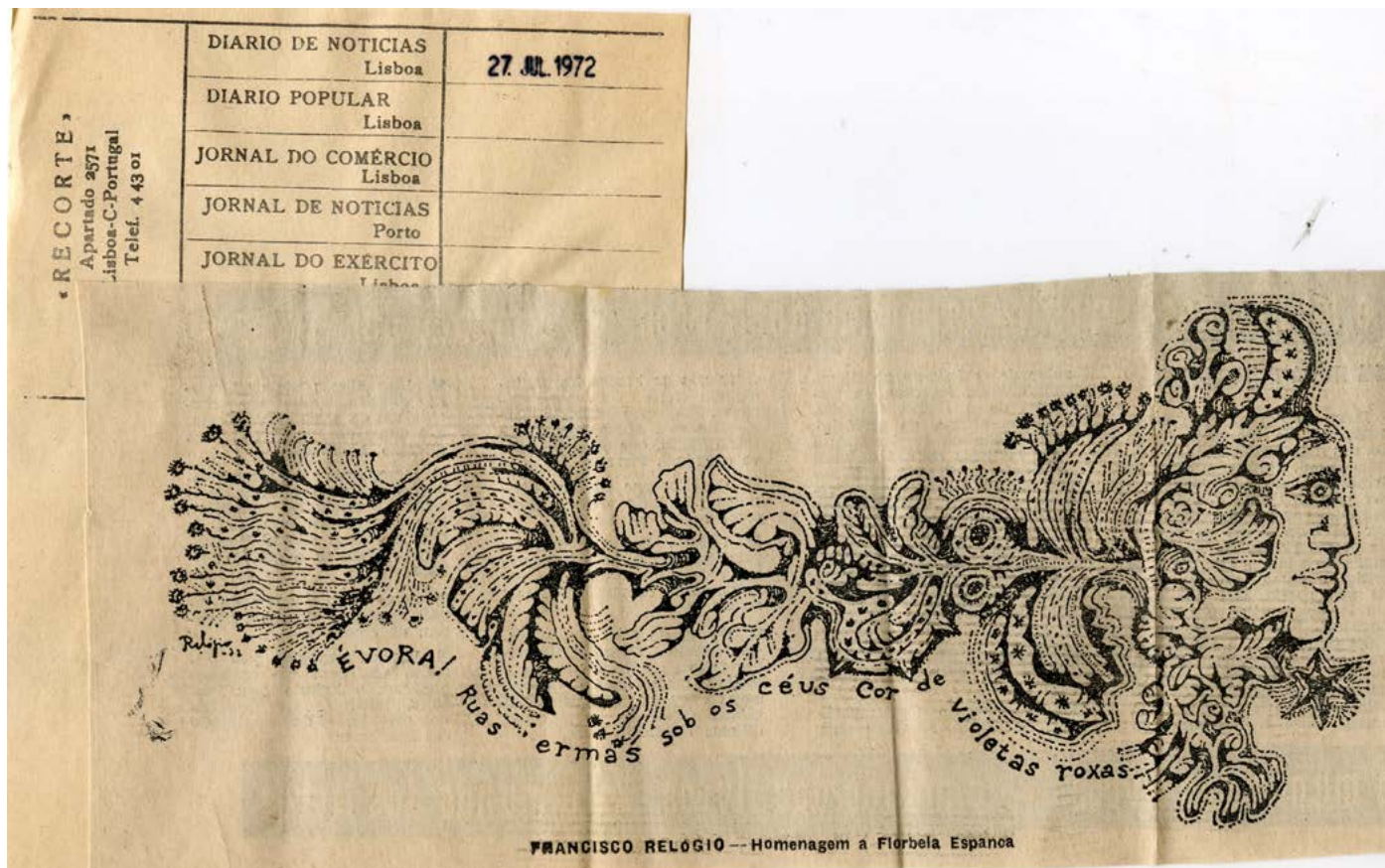
“E não há gestos novos nem palavras novas” escreve no dia 2 de dezembro de 1930 no “Diário do último ano”.

Florbela é a mulher que se revela e que se esconde, nas suas poesias, nas cartas para os amigos, no seu comportamento que não era de todo linear pois. Por um lado, é demasiado avançada para o seu tempo, em termos de comportamento amoroso, moral e sexual, por outro, tem um comportamento de burguesa conservadora e um pouco alienada da realidade social e política do seu tempo. Os movimentos feministas portugueses do seu tempo, passam-lhe completamente ao lado. Não se vê engajada nem nas questões políticas, nem nas questões de género do seu tempo. Ela que não aceitava confinar-se ao espaço doméstico nem a situações de repressão nesse mesmo espaço ou em espaço público.



Sempre contraditória, Florbela, nos poucos anos de vida, parece ter tido dificuldade em encarar a maturidade, parece querer permanecer na adolescência, numa ambivalência entre a vontade de querer ser uma mulher livre dos códigos de conduta do seu tempo e a necessidade de proteção e de um amor idealizado e imaginado, quer por parte dos familiares, quer dos homens por quem se apaixonou.

Esse amor idealizado, que não existe na realidade, porque todos os seres humanos falham, e a vida é mais do que sonho, fizeram dela uma sombra de si mesma, um ser cada vez mais amargurado, desiludido, triste, solitário, de uma melancolia exacerbada ao limite. Aos limites do sofrimento. Poeta. Florbela Espanca, viveu numa época que não estava preparada para ela, para o seu sentimento de emancipação da



mulher, para a intensidade das suas emoções, para a riqueza da sua personalidade, para o assumir da sua sensualidade e erotismo. Personalidade de grande riqueza interior, e de existência singular para o ambiente da época, foram muitos os obstáculos que teve de enfrentar para editar e divulgar a sua obra. A sua obra alcançará eco nos meios literários especialmente após a sua morte, constituindo-se Florbela como um mito literário de difícil explicação. Com efeito, Florbela Espanca é um caso raro de popularidade no que diz respeito à poesia portuguesa contemporânea. A sua obra foi objeto de ensaios de nomes ilustres da literatura nacional, como Vitorino Nemésio, José Régio, Jorge

de Sena e, mais recentemente, Fernando Pinto do Amaral e José Luís Peixoto. Atualmente é das poetisas portuguesas mais estudadas por investigadores brasileiros da sua vida e obra, com vários trabalhos publicados, alguns deles recorrendo ao Espólio Florbela Espanca da Biblioteca Municipal Florbela Espanca de Matosinhos. Este Espólio da autora inclui cartas para o seu segundo marido, António Guimarães, recortes de jornais, fotografias e outros documentos biográficos.

O que queria realmente da vida? Talvez o sonho intangível, talvez a imortalidade. Esta última conseguiu-a a partir da data da sua morte tal como ela o previu e desejou.



Áurea Pinto Sá

Câmara Municipal de Matosinhos. Divisão de Bibliotecas e Arquivo.
Biblioteca Municipal Florbela Espanca

| AMBIENTE

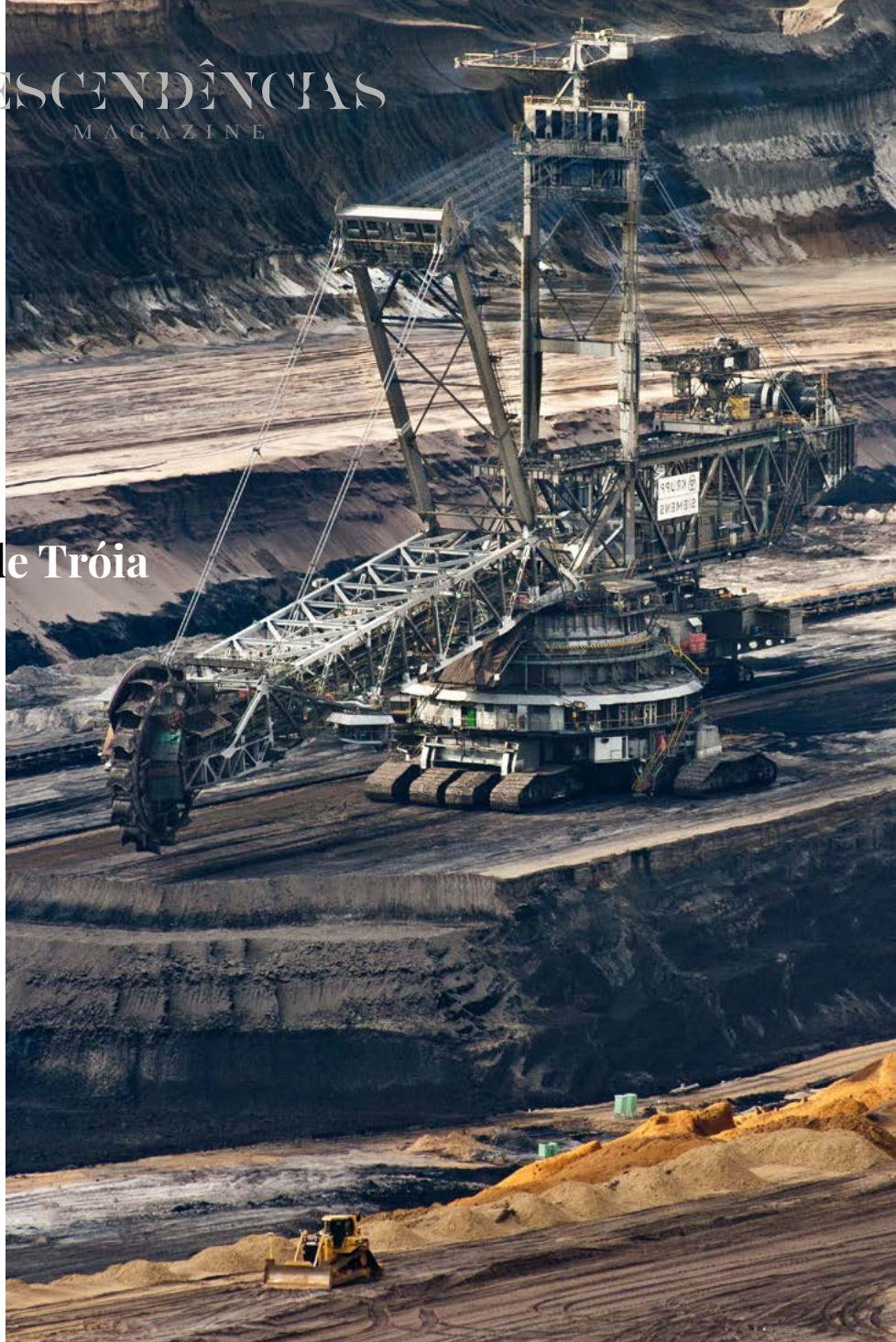
O lítio

Esse grande Cavalo de Tróia

O lítio tem sido uma espécie de Cavalo de Tróia que a coberto de belos e inflamados discursos, vai entrando sorrateiramente portas adentro, albergando no seu ventre o grande plano de fomento mineiro do Governo. A par e passo, vai cavalgando, seras acima, em nome de uma suposta transição energética, ancorada na descarbonização e na digitalização. Todavia, ao contrário do que sucedeu na lenda, os troianos de hoje não dormem o sono dos justos e não aceitam presentes de gregos - o cavalo de pau que transpuser as muralhas, será usado como madeiro de Natal!

A mineração a céu aberto não é uma inevitabilidade para a transição energética, como querem fazer crer alguns governantes. Há alternativas. Essas alternativas passam pela utilização de outros elementos menos prejudiciais na construção das baterias. Já existem e estão em franco desenvolvimento. O sódio, por exemplo. Além disso, urge a alteração da actual prática corrente das empresas, assente na obsolescência programada dos equipamentos. A constante necessidade de lançar

novos modelos no mercado para obtenção do máximo lucro, tem levado o consumo de recursos a um nível de exaustão. É o mercado a funcionar, dirão alguns, o capitalismo desenfreado, contraporão outros. Seja o que for, não há planeta que aguenteste este modo de vida. Por outro lado, é preciso alterar os padrões de consumo e de utilização, sobretudo em termos de mobilidade. Mais transportes públicos, menos automóveis individuais.





Chegamos a um ponto em que, a mineração terrestre parece já não ser suficiente para alimentar os apetites vorazes dos investidores. Segue-se a mineração nos oceanos, que já é uma realidade em vários locais e, a mineração no Ártico, que está a sofrer um novo impulso. Depois será a vez da Lua, de Marte e dos asteróides. É o absurdo.

Aqueles que querem a todo o custo esta estranha forma de desenvolvimento, consubstanciada na criação de uns poucos postos de trabalho e que almejam uma suposta criação de riqueza, que não será seguramente para os locais, em contraposição, alegam hipócrita e simultaneamente, a

necessidade de garantir a salvaguarda da protecção ambiental e a preservação do modo de vida das populações. Como se isso fosse possível conciliar. Não é. Eles desconhecem que a protecção do ambiente e a preservação do modo de vida das populações, são, per se, os verdadeiros agentes promotores do desenvolvimento, os reais geradores de riqueza para os territórios e para as pessoas e os grandes responsáveis pela criação e manutenção dos postos de trabalho, esses sim, sustentáveis e duradouros. Estes são os que pretendem agradar a gregos e a troianos. Pois bem nem agradarão a uns, nem a outros.



Tal como na mitologia, é impossível agradar às duas partes em oposição, pois nenhuma delas ficará satisfeita.

Ao longo dos tempos, o Cavalo de Tróia sempre esteve associado ao engano, ao disfarce, ao embuste, ao falso aspecto inofensivo e ao ataque sorrateiro à falsa fé.

Do classicismo da *Ilíada*, *Odisseia* e *Eneida*, para a contemporaneidade, mais concretamente, para o surgimento da informática, aos vírus que se introduzem nos *softwares* para detectarem fragilidades e abrirem portas para os *hackers* infectarem e controlarem os sistemas operativos, são conhecidos como os “Cavalos de Tróia” (*Trojan Horse*). A colagem à lenda grega é evidente: o vírus vem escondido dentro de outro programa, sem que o utilizador se aperceba da sua presença. Com razão lhe foi atribuída aquela designação.

Tal como aconteceu na Antiguidade Clássica e na modernidade do mundo tecnológico, também agora, o Cavalo de Tróia do lítio tem servido como porta de entrada para o incremento da exploração de terras raras e de todos os outros minerais associados, muitos deles críticos para a União Europeia, sob a chancela da inevitabilidade da descarbonização e da digitalização.

Contudo, apesar das várias tentativas utilizadas para ludibriar as populações, a cada dia que passa, a mobilização ganha força, ora pela oposição constante dos movimentos e associações anti-mineração, ora pelo incentivo dos protestos internacionais, ou pelos pareceres negativos das autarquias em Portugal, que se sucedem em catadupa. Por mais teimoso que seja, o cavalo de pau da mineração, não passará!



Vítor Afonso
Mestre em TIC

Sísifo

*Recomeça...
Se puderes
Sem angústia
E sem pressa.
E os passos que deres,
Nesse caminho duro
Do futuro
Dá-os em liberdade.
Enquanto não alcances
Não descanses.
De nenhum fruto queiras só metade.
E, nunca saciado,
Vai colhendo ilusões sucessivas no pomar.
Sempre a sonhar e vendo
O logro da aventura.
És homem, não te esqueças!
Só é tua a loucura
Onde, com lucidez, te reconheças...*

Miguel Torga

| SAÚDE E BEM ESTAR

Os filhos não devem morrer antes dos pais...

Pretendo com este artigo homenagear os pais que perderam um filho.



Em julho de 2018, foi criada a Equipa Intra-Hospitalar de Suporte em Cuidados Paliativos Pediátricos (EIHCPP), do Centro Hospitalar de Lisboa Ocidental (CHLO), da qual faço parte como psicóloga.

Para a OMS (2002), os Cuidados Paliativos correspondem a uma abordagem de intervenção que permite melhorar a qualidade de vida dos doentes e das suas famílias que enfrentam problemas associados a doenças ameaçadoras de

vida, através da prevenção e alívio do sofrimento pela identificação e tratamento precoce da dor, assim como outros problemas físicos, psicossociais e espirituais.

Os Cuidados Paliativos Pediátricos (CPP) são cuidados holísticos e proativos para todas as crianças, adolescentes e suas famílias, com doença crónica complexa, limitante ou ameaçadora da vida.

As doenças pediátricas com necessidade de cuidados paliativos podem dividir-se em 4 grupos diferentes:

Grupo I – Doenças que são curáveis, mas podem causar morte. Ex.: cancro, doenças agudas ou acidentes em cuidados intensivos, prematuridade extrema.

Grupo II – Doenças que causam uma morte precoce (antes da idade adulta) mas podem ter sobrevivências longas. Ex.: fibrose quística, falência respiratória ou renal, doenças neuromusculares.

Grupo III – Doenças de agravamento progressivo, sem cura possível. Ex.: doenças metabólicas, cromossomopatias.

Grupo IV – Doenças irreversíveis não

progressivas, com muitos agravamentos e com probabilidade de morte súbita. Ex.: paralisia cerebral grave, lesões graves acidentais do sistema nervoso central ou da medula, malformações cerebrais

De todos os grupos referidos, apenas no grupo I, a criança pode ficar curada, deixando por isso de necessitar de cuidados paliativos pediátricos.

Quando fui convidada para fazer parte da Equipa Intra-Hospitalar de Suporte em Cuidados Paliativos Pediátricos, senti um misto de emoções. As minhas maiores dúvidas prendiam-se com as minhas competências profissionais e pessoais.

Nesse sentido, o primeiro passo foi receber formação, especificamente, na área dos Cuidados Paliativos. Esta formação tem de ser contínua, de modo a aumentar a eficácia das intervenções.

Relativamente às competências pessoais, confiei na minha experiência de mais de 20 anos no Serviço de Pediatria, do Hospital São Francisco Xavier.

A Ordem dos Psicólogos Portugueses (OPP) divide as funções e as tarefas do

psicólogo, nas Equipas de Cuidados Paliativos, em três áreas:

1. Intervenção e acompanhamento do doente e da família, no âmbito da equipa dos Cuidados Paliativos;
2. Intervenção e acompanhamento no luto, pois, tal como está definido, a intervenção da equipa dos Cuidados Paliativos não termina com a morte do doente;
3. Intervenção e acompanhamento dos elementos das Cuidados Paliativos e dos restantes profissionais de saúde que estiveram a prestar cuidados ao doente.

O luto deve ser compreendido como um processo que integra um conjunto de reações emocionais, físicas, comportamentais, sociais e espirituais que surgem como resposta a uma perda, que poderá ser real (como a perda de uma pessoa) ou simbólica (como a perda de um ideal/expectativa/potencialidade).

Vários têm sido os autores que se têm dedicado a elaborar teorias explicativas deste processo.

O modelo, mais comumente utilizado, conceptualiza o processo de luto em 5 estádios: negação, revolta ou



raiva, negociação, depressão e aceitação.

O processo de luto é individual, multidimensional, ativo e determinado por inúmeros fatores de vida e tem início desde o diagnóstico / reconhecimento da situação clínica. Nos Cuidados Paliativos Pediátricos é fundamental que o processo de luto se baseie nos seguintes princípios:

- Considerar a criança - família como unidade única de cuidados;
- Estabelecer uma relação de ajuda com a criança-família;
- Considerar todos os elementos da família alargada;
- Promover a construção de memórias positivas;
- Respeitar as práticas culturais, étnicas e religiosas.

A partir de fevereiro do presente ano, passei a exercer funções no Serviço de Cardiologia Pediátrico, do Hospital de Santa Cruz.

Em julho, conheci o José (nome fictício), um menino de 14 anos.

O José era um jovem que residia no Alentejo, com a mãe e o padrasto. A mãe estava grávida e o irmão nasceu quando o José já estava internado.

Até abril, era um jovem que frequentava a escola, jogava à bola - um filho exemplar, dizia a mãe.

A partir dessa altura, a sua saúde começou a degradar-se e em julho foi-lhe diagnosticado uma Cardiopatia Dilatada de etiologia a esclarecer.

O José era um jovem calmo que fazia poucas perguntas e que anuíva positivamente às explicações que lhe transmitiam sobre a sua doença.

A mãe, por ter um filho recém-nascido, não conseguia visitar o José como gostaria.

O José passava muito tempo sozinho, sem nunca se queixar, mesmo quando tinha dores.

As minhas visitas tinham como objetivo averiguar o seu estado emocional e otimizar os seus próprios recursos.



Estes momentos passaram também a ser momentos lúdicos, jogámos ao Uno e abordávamos assuntos sobre os seus amigos e família. Ficou um jogo por terminar.

A saúde do José piorou muito rapidamente.

É de extrema importância respeitar as crenças religiosas das famílias.

Neste caso, a família do José era da Igreja Evangélica e foi proposto à família que, um pastor o fosse visitar, o que veio a acontecer.

Estava a organizar-se a visita dos amigos mais próximos, o que não viria a acontecer.

Juntamente com a Assistente Social do Serviço, arranjámos quem ficasse com o irmão mais novo, de modo a que a mãe pudesse ficar durante a tarde no hospital.

Com o agravamento do estado de saúde do José, em conformidade com toda a equipa médica, coube-me a mim começar a falar da morte à mãe e aos familiares mais próximos. É um processo muito doloroso e difícil. Há uma zanga latente, uma tristeza imensa. Os dias vão passando, com recuos e avanços de um fim que se torna cada vez mais evidente.

O José faleceu em setembro.

A Equipa ficou enlutada. Muitos abraços sentidos foram dados. Um pedaço de nós morreu também.

Despedi-me do José, numa tarde quente, no Alentejo. Os amigos estavam inconsoláveis.

O apoio à família não termina quando a criança morre. Cabe à Equipa dos Paliativos disponibilizar recursos, com vista a que a família consiga aceitar a sua perda.

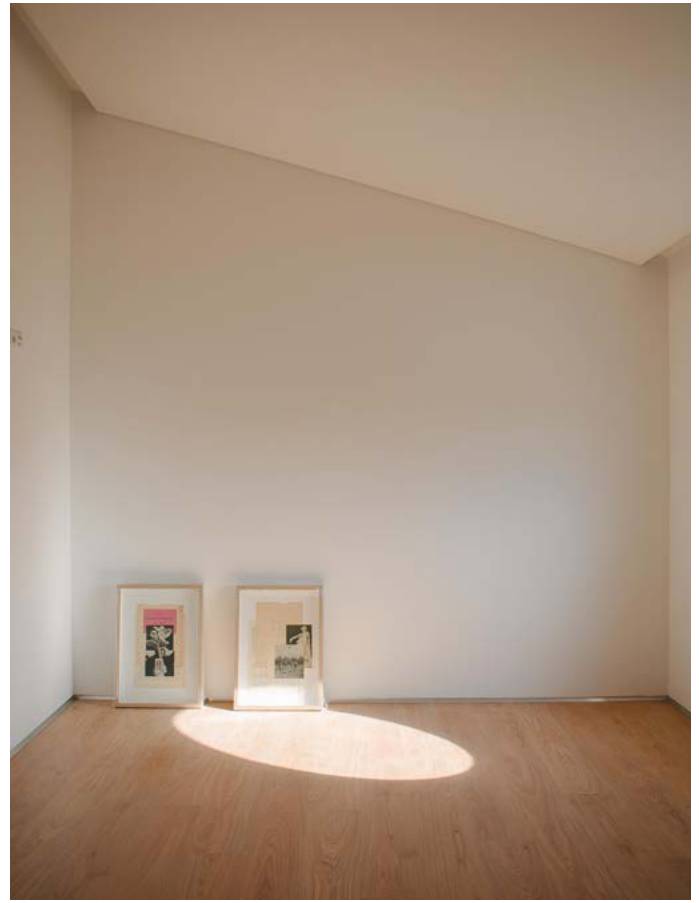


Sílvia Faria de Bastos
Psicóloga/Neuropsicóloga



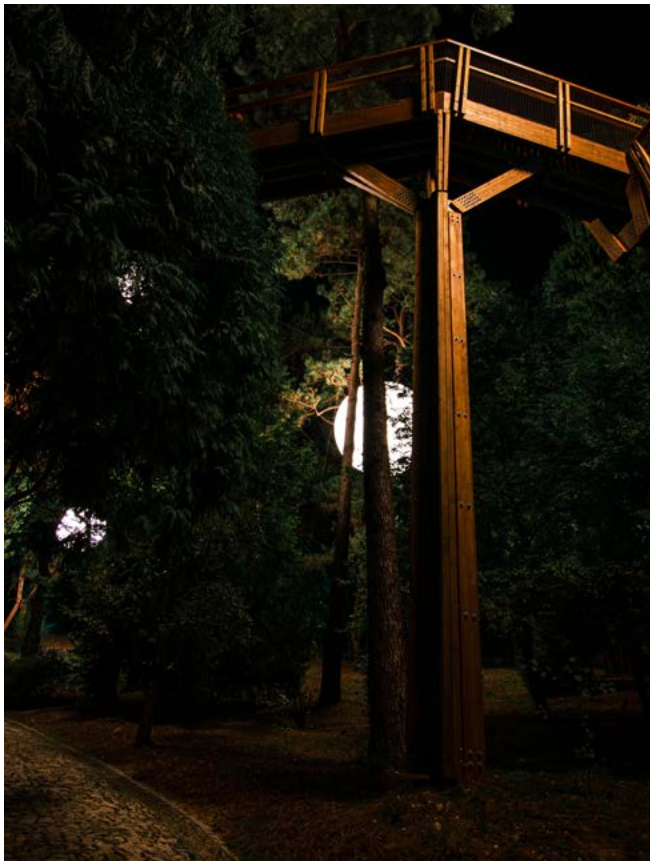
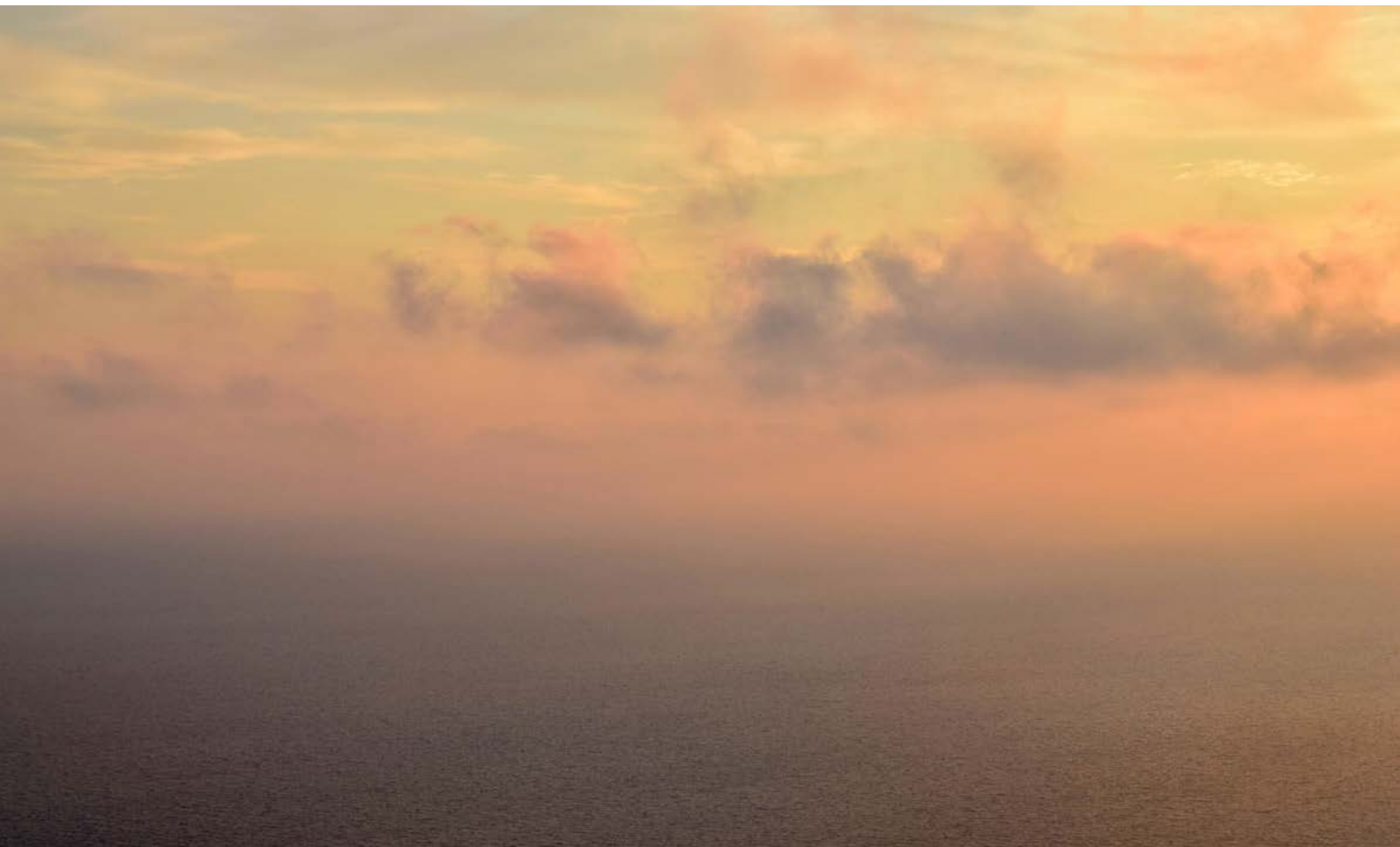
PELA LENTE DE
Rui Vilela





DESCENDÊNCIAS

MAGAZINE





Rui Vilela, 30 anos é natural de Santo Tirso. Estudou Arquitetura na Universidade do Minho.

Arquiteto de profissão, começou no mundo da fotografia a captar pormenores arquitetónicos, por paixão. A arquitetura mudou a sua visão e serviu de epígrafe para criar a sua linguagem fotográfica.

Inspirado pela música, pelo cinema e pela natureza em todas as suas vertentes. Quando fotografa há sempre um pequeno rasto daquilo que o influencia.

Como fotógrafo, acredita que não basta apenas captar o que o seu olho vê no momento do disparo, é imprescindível romper os limites da câmara. O trabalho de um artista passa por perceber e captar composições para mostrar ao mundo o que a olho nu, por vezes, não conseguimos contemplar.

COM LUPA: CÁ DENTRO

A aldeia mais portuguesa de Portugal



Onde se situa?

É no município de Idanha-a-Nova, no centro de Portugal, que encontramos a nossa querida aldeia histórica de Monsanto. Idanha-a-Nova possui uma unicidade própria, que embora aqui possamos tentar descrever, a verdade é que só presenciando, se pode compreender a beleza desta região portuguesa. Conhecida como a “Cidade da Música” (desde que em 2015 lhe foi atribuída a classificação de “Cidade Criativa da Música”, no âmbito da Rede de Cidades Criativas da UNESCO), esta apresenta uma riqueza inigualável no que diz respeito ao seu património cultural e à sua identidade musical, destacando-se entre vários aspetos, os diversos eventos musicais (como o Boom

Festival) promovidos ao longo do ano (de música erudita, eletrónica, tradicional...) e o seu grande símbolo – o Adufe. Salientar ainda que é um dos concelhos que faz parte do GeoPark Naturtejo da Meseta Meridional, juntamente com Castelo Branco, Nisa, Oleiros, Proença-a-Nova e Vila Velha de Ródão, numa área total de 4617 km². Tal, traduz a sua pertença a um território que combina a proteção e promoção do património geológico com o desenvolvimento local sustentável.

O que visitar em Monsanto

Antes de começarmos esta visita é importante conhecermos o aspeto geomorfológico distintivo de Monsanto: a sua localização sobre o plutonito granítico sinorogénico



de Penamacor-Monsanto, que aflora nesta zona em três inselbergue, Monsanto, Moreirinha e Alegrios. Tratam-se de colinas que emergem abruptamente da superfície distinguindo-se como “montes-ilha”, por se destacarem das planuras que os rodeiam, que acredite deixam qualquer um fascinado! O de Monsanto por exemplo, composto fundamentalmente por xistos e grauvaques, eleva-se mais de 300 metros, alcançando os 758 metros no topo. A convivência dos montsantinos com as rochas expostas pela erosão é pois antiga, sendo grande parte das construções realizadas fruto de um aproveitamento dos blocos

graníticos, carregados de uma enorme simbologia, com lendas e mitos associados. Não hesite por isso em perguntar aos habitantes de Monsanto estas tradições que o espaço raiano carrega, de certeza que vai descobrir histórias surpreendentes.

Tem calçado e roupa confortável? É que vai precisar para percorrer os caminhos de Monsanto. Embora não sejam longas distâncias, os caminhos são um pouco íngremes, por isso prepare-se. Começando pelo imponente Castelo, podemos presenciar de imediato a carga histórica que a aldeia apresenta. Dê asas à sua imaginação, para recriar

o período no qual este espaço assumia uma enorme importância estratégica para a defesa da fronteira leste de Portugal. Da estrutura antiga restou uma torre de menagem, denominada localmente como “Torre da Atalaia” ou “Torre do Pião”. Dentro do castelo pode também descobrir a Igreja de Santa Maria, com uma característica curiosa no seu exterior: a pequena janela localizada do lado esquerdo da porta. O seu interior é formado por uma nave e uma capela-mor, em alvenaria de granito. O seu altar-mor dispõe de uma base em granito, suportada por uma coluna. Mas sem dúvida que o mais incrível em subir ao castelo é a vista de tirar o fôlego, com 360° de beleza! A cada passo que dá, mais se encanta, compensa mesmo o esforço! Próxima ao castelo, na aba nordeste, encontrará a Capela de São Miguel, com uma decoração poupada e simples, ainda que os restos de argamassa pintada possam indicar

ornamentos omissos. A fachada exhibe um portal de arco de volta perfeita. O templo é de uma só nave e capela-mor. Finalmente, na aba nascente do castelo, fascinar-se-á com o inacreditável miradouro (que corresponde a um conjunto de ruínas da capela de São João que anteriormente terá existido), que lhe dará uma absorção sensitiva única do espaço sobre a superfície de Castelo Branco e a sua envolvente.

Destaque ainda para a Torre de Lucano ou Torre do Relógio de Monsanto, localizada junto à Igreja da Misericórdia (a mais importante antes da construção da atual igreja matriz) na extremidade da parte alta da aldeia. Possui um forte simbolismo para os habitantes, por exhibir a réplica do Galo de Prata, troféu esse, da “aldeia mais portuguesa de Portugal”.

Quanto a locais para fazer as suas refeições e para o seu





repouso, recomendamos a Adega Típica O Cruzeiro (que serve almoço e jantar) e a Casa de David, caso pretenda pernoitar.

Proposta de Rota

Na página da Câmara Municipal de Idanha-a-Nova no ponto do Turismo e na secção “Percursos Pedestres” surge uma rota que aconselhamos para esta visita a Monsanto (a pequena rota 5, identificada como PR5 “Rota dos Barrocais”), já que apresenta detalhadamente cada um dos pontos e ainda aborda curiosidades da região. A extensão do percurso é de 4,5 km e a duração aproximada é de 2 horas.

Já tem tudo o que precisa para vir conhecer Monsanto, de que está à espera?! Acredite que aqui vai descobrir, no meio da Natureza, toda a calma e a tranquilidade que precisa para recarregar as suas energias para 2022.

Saiba ainda o leitor que Monsanto já está na boca de todos, porque serviu de palco para as recentes filmagens da prequela da série “Game of Thrones” – “House of the Dragon”. Por isso, caso não consiga visitar esta terra, fique atento aos episódios!



Fátima Pinheiro
Geógrafa

| COM LUPA: LÁ FORA

Noruega – Oslo

A Cidade Glaciar



Rumo à gélida Península Escandinava, proponho uma visita à cidade mais importante do Reino Norueguês, claro está falo da “**Cidade Glaciar**” Oslo.

A Noruega, ocupa a parte Ocidental da Península preconizando fronteira a leste com a Suécia, a norte com a Finlândia e a Rússia.

Os etimologistas creem que o termo Noruega advém da antiga língua Nórdica, significando caminho para o Norte. Conhecida como terra de exploradores, terá sido ponto de partida para diversas missões aos polos ártico e antártico. O principal impulso para este tipo de expedição, foi o possibilitar uma cartografia precisa do território Norueguês, assim como comprovar a possibilidade de circum-navegar o polo Norte.

A história da Noruega, é repleta de exploradores destemidos, aventureiros e corajosos que perante a adversidade do

clima, foram inúmeras as excursões periclitantes, resultando em tragédia.

A cidade Oslo, remonta ao Séc. XI, nomeadamente ao tempo dos vikings, que durante a sua expansão terão usado a capital como porto de fabrico e reparação de barcos. Recordo que Oslo beneficia de uma floresta ímpar, permitindo à Noruega ser um dos maiores exportadores de madeira para o mundo. Esta capital assenta num fiorde antigo, que de uma forma sucinta consiste num desprendimento glaciar através da erosão que resulta numa baía interna com ligação ao mar, nomeadamente o célebre Mar do Norte.

O rei Norueguês Haakon V. inicia a construção do Castelo de Akershus em Oslo. A construção deste monumento configura uma peça importante na supremacia marítima sobre cidades pares, como Bergen e Trondheim, e que viria a resultar na proclamação da cidade de Oslo como capital do

reino. A história da Noruega fica igualmente marcada com a ocupação do regime nazista em 1940. Durante um período de 5 anos, Hitler preconizou um controlo das exportações, nomeadamente madeira, peixe entre outros produtos noruegueses. Escusado será imiscuir uma retração económica do reino durante o período de ocupação. A Noruega viria a recuperar economicamente nos anos subsequentes à libertação, culminando com a organização dos Jogos Olímpicos de Inverno em 1952.

A cidade de Oslo, representa o centro cultural, científico e governamental da Noruega, tendo como principais atividades económicas o comércio, serviços financeiros, indústria extrativa e naval. Apesar do clima agressivo, estamos perante uma nação rica e repleta de recursos, sobretudo em petróleo e alumínio, onde a Noruega ocupa respetivamente o 14º e 7ª lugar de maiores produtores mundiais.

A nossa viagem inicia-se através do aeroporto-Gardermoen, a primeira imagem não faz jus às expectativas. O aeroporto principal, localizado 50km a norte da cidade, vê-se envolvido numa floresta densa e cujo esplendor adensa com a queda de neve, tornando a paisagem mais apazível. O primeiro encontro com a realidade faz-se através dos transportes públicos que efetuam ligação ao centro da cidade, o mais desprevenido turista poderá sofrer “ataque cardíaco” uma vez que os preços são efetivamente exorbitantes atendendo à realidade económica da maioria dos países europeus.

Forte de Akershus

Iniciamos a visita à imponente fortaleza de Akershus, localizada estrategicamente junto ao mar e de construção medieval, terá desempenhado o papel de principal defesa portuária de Oslo. Cenário idílico e de construção antagó-

nica, este monumento contrasta com arquitetura da restante cidade.

Por forma a visitar ao castelo terá de despende no mínimo 2 horas, visto o extenso complexo de muralhas e jardins circundante. O foco principal deste ex-libris da cidade é sem dúvida o castelo, onde sobressaem as salas enormes devidamente ornamentadas. O forte de Akershus terá sido lugar de inúmeras atrocidades, no tempo de ocupação Nazi e terá inclusive funcionado como prisão.

Porto de Aker-Brygge

Nas imediações do forte de Akershus podemos contemplar o principal porto comercial de Oslo. Deste local é possível o visitante seguir rumo para outros países, nomeadamente Alemanha-Kiel-Hamburgo, Dinamarca, Suécia-Gotemburgo, todavia o principal interesse deste ponto portuário é servir como partida para as diversas excursões pelos fiordes.

A visita pelos fiordes por norma tem uma duração 2-4 horas, nela podemos contemplar a perfeita simbiose do ser humano e a natureza. O visitante terá oportunidade de desembarcar em algumas das ilhas, algumas impressionam pela simplicidade outras pelas incríveis quedas de água, acima de tudo é latente a capacidade de sobrevivência de alguns locais que tentam contrariar a mãe natureza e vivendo do que ela dá.

Parque Vigeland

Um dos locais mais visitados de Oslo é sem sombra de dúvida o Parque Vigeland, utilizado pelos locais e turistas, é igualmente conhecido por albergar uma coleção impressionante de esculturas do famoso arquiteto Gustav Vigeland. Gustav Vigeland procurou nas suas mais de 200 esculturas expostas ao longo do parque, demonstrar diversos





estados de ânimo do ser humano. Recomendo um passeio pela propriedade, todavia vá com tempo, já que falamos de uma área de 32 hectares com um museu no interior. Estamos perante o verdadeiro tesouro de Oslo um museu de escultura ao ar-livre, disfrute da Natureza e respire Oslo.

Museu Munch

Um dos pontos altos da visita a Oslo é sem dúvida poder contemplar a coleção do famoso pintor Edvard Munch. Decorria o ano de 1964, quando a cidade decidiu construir o museu para albergar a coleção doada em testamento pelo pintor. Este espaço inicial, viria a revelar-se insuficiente, tendo o governo construído um novo museu junto à Ópera da cidade. Inaugurado no ano de 2020, o museu está organizado por pisos, nos quais a arte e objetos pessoais do quotidiano do pintor são exibidos.

O destaque principal deste museu vai para a obra prima de Edvard Munch, “O Grito”. Na sala mais importante da coleção são exibidas as três versões desta obra em diferentes tonalidades. Uma particularidade neste museu é a exposição rotativa da principal obra do pintor Norueguês, desta forma o visitante terá de permanecer no museu um mínimo de 3 horas por forma a ver todas as versões do quadro.

Recordo ainda que este museu foi notícia dos órgãos de comunicação social de todo o mundo, quando em 2004 foi alvo de um assalto que resultou na perda de uma das ver-

sões do quadro o “O Grito”, todavia em 2006 a obra viria a ser recuperadas pela polícia.

Aconselho vivamente a visita a este museu, sendo sem sombra de dúvida um local aprazível no qual o visitante poderá conjugar arte e uma boa bebida quente, fazendo frente ao frio norueguês.

Museu Fram

Localizado na península Bygdøy, na periferia da cidade, o Museu Fram retrata as históricas aventuras da navegação norueguesa. A embarcação Fram construída em 1892 foi usada em três importantes expedições polares, considerada na altura o navio mais robusto, foi a bordo deste que os noruegueses se terão aproximado mais dos polos norte e sul.

No decurso da visita ao museu, é possível o visitante subir a bordo do Fram e perceber as condições de vida a bordo numa expedição polar. Destaco ainda a interatividade da exposição, que nos faz transportar no tempo e vivenciando inclusive a sensação do frio polar a bordo.

Museu dos Barcos Vikings

A história da fundação da cidade de Oslo encontra-se diretamente relacionada com a presença Viking. A cidade de Oslo e nomeadamente o museu Viking apresenta a coleção mais bem conservada de barcos viking de todo mundo.

Em exposição o visitante poderá observar três grandes



embarcações Oseberg; Gokstad e Tune. Destaque da exposição vai para a embarcação Oseberg, visto que apresenta melhor estado de conservação e nela ainda é possível observar traços decorativos.

Museu Kon-Tiki

Nas imediações do Museu Fram, podemos visitar o Museu Kon-Tiki, que narra as aventuras e histórias de Thor Heyerdahl na travessia do Pacífico a bordo de uma embarcação de madeira. Neste museu são retratados não só a narrativa que envolveu a viagem, assim como os objetos nela usados e que terão permitido ao navegador norueguês sobreviver 101 dias no mar.

Holmenkollen

Uma visita a Oslo tem obrigatoriamente de passar por esta localidade, falamos claro está de Holmenkollen. Afastado do centro e a uma altitude considerável, encontra-se a famosa pista de saltos de esqui de Holmenkollen.

A melhor forma de chegar a este local é sem dúvida o comboio, que parte do centro da cidade, a viagem dura cerca de 20 a 30 minutos. O esforço compensa, e o caminho entre a estação de Holmenkollen e a rampa de esqui é sempre a subir, mas animem-se a rampa está dotada de um elevador se é que isso serve de consolo. Esta é a instalação desportiva mais visitada do mundo, e local de diversas provas de elite entre as quais os Jogos Olímpicos de Inverno.

A visita tem início no Museu do Esqui que se encontra localizado na base da pista, e nele o visitante poderá ver a evolução da prática desportiva, assim como equipamentos usados em expedições polares. O acesso ao topo da pista de saltos é efetuado a partir do interior: o visitante percecione a visão dos saltadores sobre a pista que se precipita, assim como contempla a vista deslumbrante sobre a cidade de Oslo. O ideal será uma visita com neve, sem sombra de dúvida que terá outro encanto.

Ópera de Oslo

Junto à baía principal e com uma paisagem incontornável, o destaque vai para a Ópera de Oslo. De construção contemporânea, destaca-se como o maior centro de arte e espetáculos da cidade. Recomendo a visita à Ópera, o seu exterior apelativo rivaliza com o interior devidamente bem conseguido.

Nas imediações deste edifício o viajante encontrará crianças a brincar com a neve, incluindo as famosas descidas de Toboggan aproveitando a inclinação. O local é agradável e a vista sobre o fiorde recomenda a uma pausa.

Oslo é sem sombra de dúvida uma cidade organizada, com um nível de vida altíssimo. A visita vale a pena essencialmente pelas paisagens avassaladoras.

Visite Oslo a cidade Glaciar!



João Costa

Doutorando em Sistemas Sustentáveis de Energia



| FALAR PORTUGUÊS

Qual é a origem de «bué»?

O quimbundo deu algumas palavras ao português — principalmente ao português do Brasil, o que se compreende, tendo em conta o número de falantes de quimbundo que para lá foram levados como escravos. Olhando para o português de Portugal, há também algumas palavras com origem nas línguas bantu. Por exemplo, a palavra «quezília», que parece ter vindo de «kijila».

Mas talvez o mais famoso vocábulo com origem no quimbundo seja uma palavra que algumas pessoas dizem não ser uma palavra — e isto apenas por ser típica do registo mais informal.

Falo de «bué». É bem provável que tenha vindo de «mbuwe», que quer dizer «abundância» ou «fartura» (segundo a Infopédia).

É uma palavra muito informal, de facto — mas existe e é usada por muitos portugueses e já não me parece que esteja reservada apenas às crianças e adolescentes. Oiço-a da boca de adultos de 40 anos, quando estão a falar à vontade (alguns deles talvez jurem nunca a dizer, mas nós somos todos terríveis observadores do nosso próprio uso da língua).

Não nos preocupemos: todas as gerações usam palavras novas — algumas desaparecem sem rasto; outras, como «bué»,

acabam por ficar, pelo menos até os falantes se fartarem. Pois a verdade é que essa palavrinha é, hoje, bem portuguesa. Nem os brasileiros costumam saber o que significa...

Uma palavra com várias décadas de uso já está nos dicionários, o que parece irritar uns quantos. Note-se que uma palavra estar no dicionário não significa que tenhamos de a usar — pelo menos, não temos de a usar todos (cada falante tem o seu vocabulário) e muito menos temos de a usar em todas as situações. Muitos dos bons dicionários registam os palavrões — e isso não nos dá autorização para usá-los por dá cá aquela palha.

Há, na verdade, alguma confusão sobre a função dos dicionários. Um dicionário não serve para criar palavras — as palavras existem primeiro na boca dos falantes e só depois nas páginas do dicionário. Também não serve para autorizar o uso de determinada palavra pelos falantes. Quando falamos, não andamos a folhear esse delicioso livro para saber se podemos ou não usar uma palavra.

Então, para que servem os dicionários? Servem, principalmente, para três coisas (mas não servem só para isto).

Primeiro, para nos ajudar a saber como escrever uma palavra quando temos dúvidas.

Segundo, para registar o significado que os falantes dão às palavras. Como nenhum de nós conhece todos os vocábulos da língua, às vezes temos de ir ver o que significa uma palavra que, antes, nos era desconhecida. Para isso, os dicionários têm de ser abrangentes... Se não o fossem,

não seriam tão úteis.

Os dicionários serão especialmente úteis para os estrangeiros que tentam aprender a língua. Ora, um aluno estrangeiro de português, se ouvir um miúdo a dizer «bué», vai querer saber o que significa a palavra — mesmo que o pai do miúdo torça o nariz.

Se o dicionário for bom, irá tentar orientar o falante sobre as situações em que a palavra é usada — mas, na verdade, só conseguimos aprender bem esse jogo através de tentativa e erro, usando a língua no dia-a-dia e ouvindo com atenção os outros.

E o terceiro uso dos dicionários? Ajudam-nos a encontrar a palavra certa para aquele texto que estamos a escrever. Aliás, há dicionários especializados nesta função: falo dos dicionários de sinónimos.

O certo é que a língua se faz de muitas palavras, muitas delas com significados parecidos, mas usos diferentes. Algumas dessas palavras estão cá há muitos séculos, vindas de muitas paragens (do latim, do grego, do hebraico, de línguas vizinhas — ou mesmo de paragens que não imaginamos). Outras chegaram há menos tempo. Já percebi que há quem tenha horror a palavras com origem noutros países de língua portuguesa, como «caçula» ou «bué» (a «quezília» parece não levantar quezílias, talvez porque a origem seja pouco conhecida). E, no entanto, se levámos uma língua inteira para essas paragens, que mal haverá em recebermos umas quantas palavras de volta?



Marco Neves

Universidade Nova de Lisboa

CONSULTORIA FISCAL E DE GESTÃO

Ao seu Lado
acompanhando
o seu negócio
quer seja desenvolvido
em nome pessoal ou
através de uma
sociedade de forma
personalizada

As áreas de suporte
e apoio à gestão
são ajustadas às suas
necessidades
potenciando o seu
negócio tendo
em conta a nossa
experiência
internacional.



Business Adviser, Gabinete de Contabilidade
Processamento de Salários, apoio fiscal e ao estatuto RNH

Apoiamos a nossa atividade há já duas décadas
a partir das cidades de Lisboa, Paris, Marraquexe.



Lisboa, Paris, Marraquexe



+351 211 978 542



info@cisterdata.pt



www.cisterdata.pt

DIREITO FISCAL

A Remuneração Convencional do Capital Social

contact@rfflawyers.com

<http://rffassociados.pt>

Procurando fomentar o crescimento das empresas com recurso a meios próprios, o legislador consagrou, no Estatuto dos Benefícios Fiscais (EBF), o benefício da remuneração convencional do capital social, que permite que os sujeitos passivos deduzam ao lucro tributável, em cada exercício, o correspondente à aplicação de uma taxa de 7% ao montante das entradas realizadas, até ao limite de €2.000.000.

Esta dedução aplica-se, exclusivamente, às entradas realizadas em dinheiro, às entradas em espécie realizadas através da conversão de créditos, e ainda aos aumentos de capital realizados com recurso aos lucros do próprio exercício.

A aplicabilidade deste benefício implica que o lucro tributável não seja determinado por métodos indiretos, e que, no período de tributação em que sejam realizadas as entradas relevantes ou nos cinco períodos de tributação seguintes, a



sociedade não reduza o seu capital social com restituição aos sócios.

Não sendo cumprido este requisito, será considerado, como rendimento do período de tributação em que ocorra a referida redução do capital, o somatório das importâncias deduzidas a título de remuneração convencional do capital social, majorado em 15%.

Quanto ao possível impacto deste benefício, importa frisar que o sujeito passivo poderá usufruir do mesmo ainda que dele já haja beneficiado num dos cinco períodos de tributação anteriores, sem prejuízo de a importância a deduzir, em cada período, estar limitada, conforme

referido, a 7% do montante das entradas realizadas, até ao limite de €2.000.000.

Neste sentido, ainda que sejam realizados vários aumentos de capital distribuídos por períodos de tributação distintos, a dedução ao lucro tributável de cada período encontra-se balizada por aquele limite anual.

Assim, a dedução máxima ao lucro tributável permitida por este benefício corresponde, em cada período de tributação, a €140.000, o que significa que o sujeito passivo poderá usufruir, no final dos 6 períodos de tributação previstos, de uma dedução total de € 840.000, ou seja, 42% do montante aplicado no aumento do capital social ou na constituição da sociedade.

Importa ainda referir que o sujeito passivo poderá reconhecer imediatamente nas demonstrações financeiras a totalidade do benefício, através do registo de impostos diferidos ativos.



Rogério M. Fernandes Ferreira
Rogério Fernandes Ferreira & Associados

FISCAL

Portugal aqui tão perto...

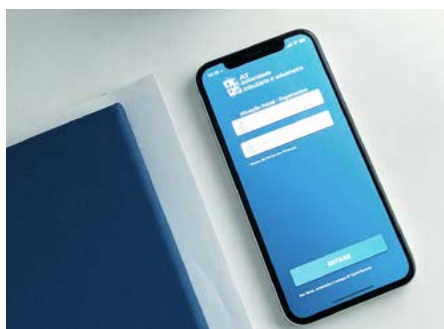
Hoje em dia a internet permite aos expatriados portugueses estarem mais próximos do que nunca do seu país.

O Estado Português, as Autoridades Tributárias portuguesas (AT) também fazem questão de estar mais perto dos seus contribuintes, quer eles sejam residentes ou não residentes.

Para tal a AT tem vindo a disponibilizar vários modos de acesso à sua interface de ligação aos contribuintes, que é o Portal das Finanças.

Outra possibilidade consiste em ativar a VIA CTT, que na verdade é uma caixa postal eletrónica, onde poderá receber a sua correspondência escrita, as habituais cartas e notificações da AT, sem receio de perder alguma carta, registada ou não. Tudo isto à distância de um clique ou dois....

O Sistema Bancário português, no mesmo sentido, também assegura um



modo específico para o pagamento de impostos, através de qualquer home-banking de um banco, desde que com presença no sistema bancário português. Para quem não usa bancos com presença no sistema bancário português, existe também uma outra solução, uma forma de se poder pagar impostos, cujo modus operandi se encontra descrito no já referido Portal das Finanças.

Outra possibilidade de pagamento que o Estado oferece ao expatriado, é a ativação do débito direto, que assegura

o pagamento de impostos dentro do prazo com toda a tranquilidade, mas o último grito é o pagamento dos impostos através de uma nova aplicação móvel “Situação Fiscal – Pagamentos”.

Apesar do nome da aplicação, esta não facilita somente o pagamento de impostos e o estado de situação do mesmo, mas também a consulta de reembolsos, processos em execução fiscal, os dados pessoais cadastrais e o acesso ao próprio Portal das Finanças. O modo de acesso a estas aplicações é o mesmo que o modo de acesso do Portal das Finanças.

Portanto por mais longe que estejamos do nosso país, o Estado através da AT tudo faz para estar cada vez mais próximas de nós.

Na dúvida mais vale recorrer a um contabilista certificado.



Philippe Fernandes
CEO Cisterdata



Quando falham certos detalhes tudo se torna inútil.
info@amostradeletras.pt

OFEREÇA UM MELHOR FUTURO À SUA FAMÍLIA EM PORTUGAL

+351 217 960 436

GERAL@EIMIGRANTE.PT

@EIMIGRANTE



AV. FONTES PEREIRA DE MELO, 35-2ºA 1050-118 LISBOA
RUA FELICIANO DE CASTILHO, 66 4000-293 PORTO